



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development
and Cooperation SDC

Programa da Cooperaçã Suíça Moçambique 2022–2025



Índice

Siglas e Abreviaturas	4
Prefácio	5
Contexto	6
Objectivos da Política Externa da Suíça e o Contexto dos Doadores	9
Principais Resultados 2017–21 e Lições Aprendidas	10
Implicações para o Programa da Cooperação Suíça 2022–25	13
Orientação Estratégica do Programa da Cooperação Suíça 2022–25	15
Resultado nº 1 do portfólio suíço: « Melhor acesso a serviços básicos de qualidade sensíveis às questões de género, inclusive em situações de emergência »	15
Resultado 2 do portfólio suíço: « Melhores empregos e rendimento sustentáveis para homens e mulheres jovens e para a população economicamente desfavorecida »	16
Resultado dos temas transversais e do empoderamento da sociedade civil	17
Modalidades de Gestão e Implementação	18
Gestão Estratégica	20
Anexos	
Anexo 1: Mapa de Moçambique	22
Anexo 2: OECD Gender Index	23
Anexo 3: Sinopse da Estrutura de Resultados	24
Anexo 4: Results Framework Swiss Cooperation Programme Mozambique 2022–2025	25
Anexo 5: Planificação financeira	34
Anexo 6: Scenarios Planning and Programme Adaptation	35

Siglas e Abreviaturas

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APM	Acordo de Paz de Maputo
ASH	Água, Saneamento e Higiene
BM	Banco Mundial
CHF	Franco suíço
DCP	Desenvolvimento de Competências Profissionais
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reinserção
DPDH	Divisão de Paz e Direitos Humanos (da Suíça)
DSM	Desenvolvimento de Sistemas de Mercado
ECIS	Estratégia de Cooperação Internacional da Suíça
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GFP	Gestão das Finanças Públicas
GPSC	Gestão de Programas Sensível aos Conflitos
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAM	Programa Alimentar Mundial
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROSAUDE	Fundo Comum da Saúde
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SDC	Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento
SECO	Secretaria de Estado para Assuntos Económicos (da Suíça)
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime
USD	Dólares dos Estados Unidos da América
VG	Violência de Género

Prefácio

Após um período relativamente próspero, grandes expectativas de desenvolvimento baseado na extracção de gás natural e um Acordo de Paz de Maputo em 2019, mediado pela Suíça, os 30 milhões de cidadãos de Moçambique viram-se novamente perante sérios revezes, deparando-se com necessidades sociais e humanitárias cada vez maiores. Conflitos armados, catástrofes naturais, retrocessos económicos, pouco espaço para a sociedade civil e a pandemia de coronavírus vieram afectar a trajectória positiva do desenvolvimento. Esses desafios podem, porém, constituir oportunidades para melhorar a governação e a prestação de serviços rumo a maior estabilidade e maior resiliência no País.

O Programa da Cooperação Suíça com Moçambique 2022–25 foi elaborado num processo de consulta entre parceiros moçambicanos e suíços. Está alinhado com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Estratégia Suíça de Cooperação Internacional 2021–24. O Programa de Cooperação renova o compromisso da Suíça de apoiar Moçambique nos seus esforços de redução da pobreza e de criação de uma sociedade mais resiliente, mais equitativa e mais próspera. O programa assenta nos resultados obtidos e nas lições aprendidas da cooperação anterior, centrando-se em áreas a que os pontos fortes comparativos da Suíça trazem valor acrescentado, como seja a sua posição como parceiro de confiança em várias áreas de desenvolvimento, a sua tradição humanitária, conhecimento do contexto e redes de contactos fiáveis nas províncias afectadas pela crise.

Este Programa de Cooperação trabalhará, pois, no sentido de alcançar dois objectivos principais: melhor acesso a serviços básicos de qualidade e aumento do emprego e do rendimento sustentáveis, especialmente para os jovens e as mulheres. Tendo em conta as circunstâncias instáveis nas províncias do Norte como áreas prioritárias, as intervenções serão implementadas no espírito de uma abordagem em que se associam desenvolvimento, ajuda de emergência e trabalho para a paz.

Dado os desafios interligados entre si a que Moçambique faz face, a Suíça reforçará a sua abordagem integrada de optimização do envolvimento de agências federais e de uso de instrumentos de política externa para criar sinergias. Em parceria com as autoridades governamentais moçambicanas, a Suíça renova o seu compromisso de também colaborar amplamente com organizações da sociedade civil moçambicanas e suíças, que têm uma enorme experiência a partilhar com todos. Além disso, a colaboração com o sector privado internacional e local visa a criação de empregos e o desenvolvimento económico.

Agradeço a todas/os as/os que participaram na definição e implementação das prioridades estratégicas do presente Programa da Cooperação Suíça com Moçambique 2022–25. Acredito que a cooperação entre os dois países dará um contributo positivo para a paz e para o desenvolvimento sustentável com vista ao bem-estar de todo o povo moçambicano.



Patricia Danzi
Directora Geral da SDC

Contexto

A construção da nação na República de Moçambique é recente e não tem sido fácil. Dois anos apenas depois de se ter tornado independente de Portugal, em 1975, o jovem país mergulhou numa guerra civil devastadora, que durou até 1992. Os 30 milhões de cidadãos de Moçambique viram-se novamente perante sérios reveses, deparando-se com necessidades humanitárias cada vez maiores. Um conflito armado na província de Cabo Delgado, no norte do país, os impactos adversos das alterações climáticas e de calamidades naturais, um rápido crescimento populacional, reformas de descentralização contraditórias, pouco espaço para a sociedade civil e a pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) vieram afectar a trajectória positiva do desenvolvimento. Além disso, o País ainda não recuperou completamente das graves repercussões de um escândalo de dívida oculta em 2016.

As elevadas expectativas que havia de desenvolvimento sustentável do País, ligadas à extracção de enormes reservas de gás natural, principalmente ao largo da costa de Cabo Delgado (Anexo 1), ainda não se concretizaram e dependerão da situação de segurança, da evolução do sector energético ao nível global e da gestão transparente e responsável das receitas previstas.

Desenvolvimentos da situação política e segurança

Os desenvolvimentos recentes continuam a pôr à prova a confiança popular na política. O Acordo para a Paz de Maputo (APM) de 2019, mediado pela Suíça, constitui um marco histórico. A sua implementação avançou notoriamente na área de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (DDR) de combatentes do partido da oposição RENAMO, que constituía o cerne do acordo de paz. Outro desenvolvimento positivo foi a realização de eleições gerais em 2019, em consonância com as alterações constitucionais decorrentes do APM, que possibilitaram as primeiras eleições directas dos governadores provinciais. Todavia, as expectativas de maior partilha do poder têm-se, até agora, visto goradas. O controle do Estado pela FRELIMO e a fraqueza da RENAMO permitiram ao partido no poder arrebataram uma vitória fulgurante a todos os níveis. A criação de estruturas paralelas a nível provincial, chefiadas por Secretários de Estado nomeados pelo Presidente, levou a um processo de descentralização incompleto, com responsabilidades e uma divisão de tarefas pouco claras, duplicações de esforços e espaço para potencial conflito. Várias administrações provinciais estão, contudo, a demonstrar uma forte vontade de melhorar a vida dos seus eleitores e aumentar a qualidade dos serviços prestados. Mas o progresso rápido é constrangido pela falta de capa-

cidade dos órgãos governamentais nacionais e sub-nacionais, leis contraditórias e pela falta de acordos de descentralização fiscal.

A situação do Estado de direito e dos direitos humanos tem-se deteriorado em todo o País. A participação da sociedade civil nos processos governamentais é restrita; o acesso do público à informação é limitado e a liberdade de expressão tem vindo a diminuir de forma constante ao longo dos anos. Por outro lado, a corrupção é cada vez mais perseguida e a impunidade dos infractores é cada vez menos tolerada pela sociedade. Os julgamentos de alto nível parecem, porém, politicamente motivados e resta saber qual será a sustentabilidade e o alcance dos esforços de combate à corrupção.

A insatisfação local decorrente da exclusão socioeconómica e política, a falta de uma gestão dos recursos naturais sensível aos conflitos e a infiltração de grupos armados estrangeiros desencadearam um conflito de grandes proporções em Cabo Delgado, entre os insurgentes e as forças de segurança moçambicanas. Pelo menos 2.700 pessoas morreram desde os primeiros ataques, em Outubro de 2017, e calcula-se que cerca de 750.000 dos três milhões de habitantes da província sejam agora deslocados internos.

Olhando para o futuro, os principais desafios são redefinir a coesão nacional e criar espaço económico e político para toda a população. Na ausência de uma oposição bem organizada e forte, as relações de poder provavelmente continuarão a ser desiguais. O ritmo das reformas institucionais continuará a ser lento, devido à reduzida capacidade, à separação incompleta de poderes e à má aplicação do primado do Estado de direito. Por muito que o processo de DDR provavelmente venha a ser concluído num futuro próximo, espera-se que a descentralização e a reconciliação progredam de forma vacilante. Os debates sobre a descentralização fiscal, especialmente no âmbito da exploração de recursos naturais, permanecerão no topo da agenda de todas as partes interessadas.

É provável que o nível local venha a adquirir mais importância política com as eleições de 2024, que deverão incluir as primeiras eleições ao nível distrital. O progresso em matéria de transparência e de prestação interna de contas pelo uso equitativo dos recursos públicos far-se-á lentamente e os custos sociais da incessante corrupção continuarão a ser significativos. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) e os meios de comunicação, embora cada vez mais profissionais, continuarão a ter dificuldade em fazer face à falta de espaço cívico. As mulheres, os jovens e os pobres, sobretudo, têm falta de perspectivas de futuro e de representação, e é provável que continuem a ser vítimas de exclusão (Anexo 2).

Muito dependerá também de como se lidar com o conflito em Cabo Delgado. É provável que os acontecimentos violentos continuem a exigir maior atenção e mais recursos, e não se deve subestimar o risco de repercussões noutras províncias do Norte e em países vizinhos. Não se sabe ainda qual é o impacto a longo prazo do destacamento de 1.500 soldados da Missão em Moçambique da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SAMIM), em Junho de 2021 e do contingente de 1.000 soldados do Ruanda.

Desenvolvimentos económicos

Na sequência de vários choques, a economia tem estado em dificuldades. Durante muitos anos, o crescimento médio anual do Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique foi dos mais elevados do mundo. Um escândalo de dívida em 2016, porém, e os devastadores ciclones tropicais Idai e Kenneth, em 2019, provocaram um abrandamento económico com impacto significativo no emprego e no rendimento dos agregados familiares e fez aumentar a pobreza, as desigualdades e as disparidades regionais. O crescimento do PIB baixou de 3,7% em 2017 para 2,31% em 2019.

A recuperação económica da nação, iniciada com a reconstrução pós-ciclone, com financiamento externo, e com o investimento directo estrangeiro na extracção de gás natural, foi travada pela escalada do conflito no norte do país e pela pandemia de COVID-19. As previsões de crescimento para 2020 foram reduzidas de 5,8% para 0,8%. A incerteza, a inflação e a instabilidade cambial vieram

criar dificuldades à gestão macroeconómica e afectar a competitividade do sector privado. O número oficial de desempregados é de 22,4%, mas supõe-se que o nível de subemprego na economia seja significativamente maior. Para os grandes contingentes de jovens prontos para entrar no mercado de trabalho, o sector privado não gerou empregos suficientes. A taxa de desemprego entre os jovens é de 43%, sendo as mulheres jovens afectadas de forma desproporcional.

O sector agrícola proporciona oportunidades de emprego a muita mão-de-obra na economia informal e cerca de 80% da população depende da agricultura para a sua subsistência. Mas a agricultura só por si não consegue absorver as cada vez maiores necessidades de emprego dos jovens. A produtividade das pequenas produções agrícolas é baixa, fazer negócios é caro, há pouco acesso aos mercados comerciais e é grande a vulnerabilidade a calamidades como pragas, inundações, secas e ciclones.

Olhando para o futuro, a recuperação económica é muito incerta e muito vulnerável. As projecções macroeconómicas, incluindo as perspectivas orçamentais de Moçambique, estão repletas de incertezas relacionadas com a COVID-19, a situação de insegurança e uma grande probabilidade de crises regulares provocadas por catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas. Não se pode prever a que ritmo será restaurado o investimento directo estrangeiro, actualmente interrompido nos grandes projectos de gás natural, nem quando os sectores da energia e dos serviços recuperarão, e o agroprocessamento e o comércio voltarão a me-





lhorar e a estimular a recuperação económica e a aumentar as receitas domésticas.

Por outro lado, a crise pode constituir uma oportunidade para introduzir políticas coerentes e reforçar a governação económica, de modo a garantir maior estabilidade e maior resiliência económica, diversificação e emprego. O governo está a demonstrar abertura para continuar a melhorar o ambiente empresarial para desenvolvimento do sector privado e criação de empregos. Isto é de especial importância para muitos pequenos produtores agrícolas de sexo feminino que têm menos acesso a recursos produtivos que os do sexo masculino e para jovens com limitadas oportunidades de participação económica.

Desenvolvimento social e humano

A situação política, as catástrofes naturais, os retrocessos económicos e a pandemia afectaram o desenvolvimento social e humano. Mulheres, homens, raparigas enfrentam cada vez mais desafios relativamente a necessidades básicas e meios de subsistência. Apesar de ter havido um período de redução da pobreza até 2015, a desigualdade não diminuiu. Moçambique encontra-se na cauda do Índice de Desenvolvimento Humano (na 181ª posição entre 189 países e territórios). Os serviços básicos, como saúde, água, saneamento e higiene (ASH), educação e acção social, continuam subfinanciados e subdesenvolvidos, apesar do aumento dos recursos públicos. A par dos desastres naturais, o rápido crescimento populacional de Moçambique constitui um desafio para a infra-estrutura social existente. As restrições à mobilidade devidas à COVID-19 e o número de casos de infecção reduziram ainda mais o emprego e diminuíram o rendimento dos agregados familiares e

o acesso a serviços básicos. Mais de oito milhões de crianças não frequentaram a escola durante mais de um ano e aumentaram as denúncias de violência doméstica contra mulheres e crianças. No geral, a taxa de pobreza aumentou para a elevada percentagem de 63,7% (2020).

O conflito na província de Cabo Delgado tem causado um enorme sofrimento humano. Os deslocados internos vivem em condições precárias, a maior parte deles em comunidades de acolhimento. Os já sobrecarregados sistemas de saúde, ASH e educação estão a ter dificuldades em satisfazer as necessidades adicionais. As mulheres e as meninas deslocadas estão em especial risco de violência de género (VG) e normalmente não têm acesso adequado a serviços de saúde perinatal e de saúde sexual e reprodutiva (SSR). Dos quatro milhões de pessoas que se calcula que não tenham segurança alimentar em Moçambique, mais de 900.000 estão em Cabo Delgado ou são de Cabo Delgado.

Olhando para o futuro, a pobreza e as vulnerabilidades provavelmente continuarão a ser elevadas. Embora, segundo o Banco Mundial (BM), a pobreza possa diminuir muito ligeiramente, para 63,1% até 2022, se a recuperação económica começar cedo, é mais provável que os níveis de pobreza continuem a ser altos. Devido aos limites do espaço orçamental e à pouca capacidade dos governos central e provinciais, é improvável que se assista a melhorias na prestação de serviços públicos essenciais – como sejam saúde básica, ASH, educação, acção social e redes de segurança social para os mais vulneráveis, também em situações de ajuda de emergência – que continuará a recorrer à assistência externa. A implementação de leis e estratégias visando promover a igualdade de género e reduzir a discriminação continuará a constituir um desafio, devido às prioridades concorrentes do governo.

Objectivos da Política Externa da Suíça e o Contexto dos Doadores

Interesses suíços e valor acrescentado

A cooperação internacional suíça está presente em Moçambique desde finais dos anos setenta e foi reforçada em 1981 com a abertura de um escritório de cooperação, hoje parte integrante da Embaixada da Suíça em Maputo. Já após o primeiro processo de paz que levou ao Acordo Geral de Paz (GPA) de 1992 e pôs fim à guerra civil de 16 anos, foram dadas contribuições significativas para a desmobilização e a reabilitação do país, devastado pela guerra. Na sua qualidade de presidente do Grupo de Contacto internacional, a Suíça desempenhou um papel fundamental em aplacar o recrudescer de violência ao intermediar o APM em 2019 e continua comprometida em apoiar o processo de implementação de DDR em curso.

A Suíça tem vindo constantemente a aumentar o nível da sua cooperação, combinando as competências e recursos da Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento (SDC), da Secretaria de Estado para Assuntos Económicos (SECO), da Divisão da África da Secretaria de Estado e da Divisão de Paz e Direitos Humanos (DPDH). Também há várias ONGs suíças¹ presentes no país, com uma grande experiência para partilhar.

A Cooperação Suíça é determinada pelas necessidades dos países parceiros, pelo valor acrescentado suíço e pelos interesses a longo prazo. Guiada pela Estratégia de Política Externa da Suíça 2020–2023, pela Estratégia de Cooperação Internacional da Suíça (Estratégia IC) 2021–2024 e pela Estratégia para a África Subsaariana 2021–2024, a Cooperação Suíça visa a promoção da paz, da segurança e do Estado de direito como fundamentos da prosperidade e do desenvolvimento sustentável. Especificamente, a expansão de grupos violentos na zona norte de Moçambique tem repercussões na segurança da população da região afectada, e na economia e estabilidade de Moçambique.

A região é também um mercado com muito potencial. A Suíça tem interesses económicos na região da África Austral, pela sua grande população e por ser um dos mais importantes fornecedores mundiais de matérias-primas. Em geral, porém, continua a ser modesto o interesse do sector privado suíço em fazer negócios com Moçambique.

A Suíça dá especial importância ao fornecimento de conhecimentos especializado e assistência de alta qualidade. Os seus pontos fortes

comparativos trazem valor acrescentado – nomeadamente os seus bons ofícios, a sua tradição humanitária, a sua posição em Moçambique como organizador e parceiro de confiança na descentralização e Gestão das Finanças Públicas (GFP), responsabilidade social e combate à corrupção, direitos de uso da terra, desenvolvimento do sector privado na agricultura, desenvolvimento de competências profissionais (DCP), ASH e saúde, e o seu conhecimento do contexto, e sua experiência e as suas redes de contactos e colaboradores nas províncias do Norte afectadas pela crise, especialmente Cabo Delgado.

Panorâmica dos doadores

Moçambique continua a ser um dos maiores receptores de ajuda oficial ao desenvolvimento (APD) de África. A APD para Moçambique não atingiu o nível de financiamento que tinha antes da crise da dívida em 2016, quando se deu uma redução significativa do financiamento externo do orçamento do Estado e a APD baixou abruptamente para cerca de 55 USD per capita (quando era de 90 USD em 2013). Os doadores estão, no entanto, a responder positivamente às múltiplas necessidades da população, nas áreas sociais e de ajuda humanitária. Há, em especial, mais actores internacionais a apoiar a prestação de serviços e surgiram novos intervenientes na área da ajuda de emergência em Cabo Delgado. Em 2019, a APD líquida recebida por Moçambique totalizou 1.908 milhões de USD, ou seja, aproximadamente 63 USD per capita. Cerca de um terço da ajuda bilateral (média de 2018–2019) foi atribuída ao sector de saúde e população, seguido pelos sectores de infra-estrutura e serviços económicos (16%) e educação (14%). 10% da ajuda bilateral foi para a ajuda humanitária. A Suíça é um doador médio em termos de volume financeiro. Os cinco principais parceiros de desenvolvimento (média de 2018–2019) são os Estados Unidos da América (437 milhões de USD), o BM (279 milhões de USD), o Fundo Global de Combate à Sida, Tuberculose e Malária (140,9 milhões de USD), Japão (118,3 milhões de USD) e o Reino Unido (113,8 milhões de USD).

A Embaixada da Suíça tem uma sólida colaboração com toda uma rede de instituições multilaterais e doadores bilaterais do Comité de Assistência ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE-CAD). A Suíça aumentou o número de parcerias com doadores multilaterais: além do FMI, BM, OMS e OIM, novas parcerias foram concluídas com o PNUD, UNODC, UNFPA, UNICEF e PAM. A sua força reside sobretudo na sua capacidade de levar a sua experiência e a sua cooperação no terreno aos órgãos institucionais destas organizações multilaterais através do diálogo político.

¹ Helvetas, SolidarSuisse, Solidarmed, Swiss Contact, Terre des Hommes e Pestalozzi Foundation .

Principais Resultados 2017–2021 e Lições Aprendidas

Os principais resultados foram alcançados nas principais áreas temáticas – governação e consolidação da paz, rendimento e desenvolvimento económico e saúde e ASH. A assistência humanitária suíça prestou socorro para salvar vidas após os ciclones Idai e Kenneth, em consonância com as prioridades temáticas do engajamento a longo prazo da Suíça em Moçambique.

A cooperação foi levada a cabo num contexto de atraso na execução do orçamento de Estado, ciclones devastadores e pandemia de COVID-19. Sobretudo esta última reduziu consideravelmente a mobilidade e as actividades da administração moçambicana. Apesar das constantes adaptações às suas intervenções, os processos políticos apoiados pela Suíça e a implementação do programa foram dificultados e retardados

Principais resultados obtidos em governação

Relativamente ao resultado em matéria de governação, a Suíça e seus parceiros contribuíram para um acesso e um uso mais equitativos, mais eficientes, mais transparentes e responsáveis dos recursos financeiros e naturais. As intervenções nas políticas e nos programas aos níveis central e local incidiram na promoção da descentralização e no aumento do espaço e da participação da sociedade civil, no combate à corrupção e no reforço dos direitos de uso da terra e reformas fundiárias. Teve um papel importante na mediação do APM, assinado entre a FRELIMO e a RENAMO em 2019. Posteriormente, a Suíça apoiou os aspectos de DDR do acordo de paz, contribuindo para prevenir o ressurgimento de hostilidades armadas.





Também graças à cooperação da Suíça com Moçambique,

- foi aprovado um pacote legislativo sobre descentralização no âmbito do APM;
- foi apresentada à Assembleia da República uma lei para melhor inclusão dos cidadãos e das OSC nos processos de desenvolvimento local; a abordagem de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) foi integrada na legislação nacional; foi emitido um decreto protegendo os direitos da comunidade em caso de reassentamento; e foi promulgada uma lei sobre recuperação e gestão de activos (crime financeiro) pela Assembleia da República;
- 22 municípios (de um total de 53) elaboraram planos de desenvolvimento local utilizando processos participativos; e 13 municípios aplicaram GFP inclusiva e aumentaram as suas receitas locais em 5%, reduzindo assim a sua dependência do governo central;
- foram emitidos mais de um milhão de DUATs, a particulares e a comunidades;
- o Orçamento do Estado inclui disposições orçamentais para tributação da exploração de recursos naturais a fim de apoiar os meios de subsistência das comunidades locais;
- foi criada uma equipa multidisciplinar de combate à corrupção na Procuradoria-Geral da República; foram recuperados, em 2020, bens roubados no valor de 95 milhões de USD; e
- a plataforma moçambicana de organizações de mulheres contra a COVID-19 Mulheres ComVida promoveu a participação efectiva das mulheres na resposta nacional à COVID-19, incluindo prevenção e mitigação, lobby e advocacia, e documentação dos efeitos da pandemia nas mulheres.

Principais resultados obtidos em rendimento e desenvolvimento económico

As intervenções suíças na área de rendimento e desenvolvimento económico centraram-se na GFP e na mobilização de receitas do-

mésticas para contribuir para melhor gestão económica com vista a um crescimento inclusivo e transformação económica sustentável. Com o contributo suíço foi alargada a cobertura do relatório sobre a dívida pública após a crise da dívida em 2016. Aumentaram as oportunidades de mercado e rendimento para pequenos produtores agrícolas e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), graças ao apoio à extensão agrícola, aumento da produtividade agrícola e inclusão financeira.

Também graças à Cooperação Suíça com Moçambique,

- a cobrança de receitas fiscais domésticas melhorou, graças à redução da evasão fiscal no comércio transfronteiriço, à melhoria da tributação das indústrias extractivas e à introdução de procedimentos simplificados de cobrança de impostos;
- a melhoria da cobrança e gestão da receita contribuiu para um crescimento médio anual da receita de 9%, o que contribuiu para a melhoria do rácio de receita em percentagem do PIB de 22,0% em 2016 para 23,3% em 2019;
- assistiu-se a uma progressão das reformas para fortalecer a gestão fiscal, incluindo o controle de empresas estatais e garantias públicas, gestão da dívida e dos riscos fiscais; e a transparência aumentou;
- foi reforçada a certificação nacional de sementes e o sistema subsidiado de distribuição de sementes foi substituído por modalidades de fornecimento de sementes baseadas na dinâmica do mercado;
- cerca de 67.000 pequenos produtores agrícolas (46% mulheres) e MPMEs obtiveram melhor acesso a serviços e oportunidades de mercado para a sua produção agrícola e outros produtos (557 postos de compra) e aumentaram os seus rendimentos num total de 18,5 milhões de USD; e
- aproximadamente 44.350 pequenos produtores agrícolas (60% mulheres) e MPMEs utilizaram serviços financeiros formais e informais recém-introduzidos, incluindo empréstimos e poupanças, para comprar insumos e apoiar emergências comunitárias e iniciativas de subsistência. Foram introduzidos micro-seguros e seguros agrícolas baseados em índices (climático, rendimento, etc.).

Principais resultados obtidos em saúde e ASH

A Suíça estava bem posicionada para ter uma influência positiva nos sectores da saúde e de ASH. As intervenções incidiram no financiamento do sector da saúde, e na descentralização e melhoria da qualidade dos serviços de saúde e ASH. No período 2017–2021, as intervenções humanitárias e de desenvolvimento contribuíram para melhorar a saúde e o acesso aos serviços de ASH para as pessoas vulneráveis das zonas rurais de Moçambique, sobretudo nas províncias do Norte.

Também graças à Cooperação Suíça com Moçambique,

- cerca de 90.000 mulheres, homens, rapazes e raparigas obtiveram acesso a água potável segura e comportável, incluindo 24.000 pessoas no rescaldo dos ciclones Idai e Kenneth;
- cerca de 196.000 mulheres, homens, rapazes e raparigas obtiveram acesso a saneamento adequado;
- as actividades de ASH em comunidades rurais, escolas e unidades de saúde em distritos apoiados pela Suíça na província de Niassa desde 2016 contribuíram para uma incidência nula de casos de cólera;
- procedeu-se a uma reforma do Fundo Comum de apoio ao Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), de modo a alinhar a planificação, monitoria e capacitação do governo e dos parceiros, e estimular os resultados por meio de uma fórmula de atribuição de fundos baseada no desempenho e nas necessidades;
- pela primeira vez, o Fundo Comum de Saúde (PROSAUDE) alocou fundos ao nível descentralizado (províncias e distritos) usando uma metodologia baseada em indicadores de saúde. Dos 88% de fundos atribuídos ao nível descentralizado em 2019, 69% beneficiaram directamente os distritos, para apoio a consultas externas, serviços de ambulância, partos institucionais, e construção e reabilitação de centros de saúde;
- foi lançado um projecto-piloto com o governo de Cabo Delgado para apoio financeiro e técnico directo às unidades de saúde, para avançar no esforço de descentralização no sector da saúde; e
- o desinfectante para as mãos para o Norte de Moçambique foi produzido localmente através de uma parceria público-privada, no âmbito da resposta nacional à COVID-19, e reforçou-se a capacidade de preparação e resposta de Moçambique para futuras emergências de saúde pública.

Lições aprendidas

As lições que se seguem são de particular importância para o Programa da Cooperação Suíça 2022–2025:

- Para se assegurarem benefícios tangíveis dos acordos do APM relacionados com descentralização, é necessária maior clareza e alinhamento do quadro de descentralização, maior capacidade de descentralização fiscal e operacional, e o reforço das capacidades do governo local. O apoio orçamental descentralizado da Suíça às autoridades governamentais em Cabo Delgado e no Niassa na área da promoção da saúde tem tido um grande êxito. Alargar e ampliar a escala deste tipo de parceria tem um grande potencial.
- A fraca GFP e o espaço fiscal muito limitado do governo são um entrave geral, que pode ser atenuado por intervenções complementares dos doadores aos níveis macro, meso e local.
- Apesar de vários desenvolvimentos positivos, o apoio orçamental ao sector da saúde a nível nacional não produziu as reformas esperadas para melhorar a prestação de serviços. No entanto, em geral, foram alcançados bons resultados nas áreas em que a Suíça optou pelo apoio orçamental descentralizado. A experiência mostra que a assistência técnica a órgãos governamentais em áreas onde há grande vontade política é um modo eficaz de envolvimento do provedor do serviço.
- O sector agrícola continua a dar emprego e rendimento, e um mínimo de segurança alimentar, a um número significativo de pequenos produtores agrícolas. Não pode, todavia, dar oportunidades sustentáveis e a longo prazo aos 500.000 jovens moçambicanos que se calcula que tentam entrar no mercado laboral todos os anos. Há outros sectores que oferecem aos jovens atractivas oportunidades para obterem mais rendimento e (auto-)emprego, tal como a pequena indústria, o processamento, a construção, o comércio e a venda a retalho. Os principais obstáculos para concretizar este potencial são a falta de conhecimentos profissionais, de empreendedorismo e de acesso ao financiamento.
- O número potencialmente crescente de emergências e crises prolongadas resultantes de calamidades naturais, choques climáticos, conflitos e a pandemia de COVID-19 exige abordagens mais integradas da ajuda humanitária e de metodologias de desenvolvimento. Assim sendo, é necessário, no portfólio de programas suíços, desenvolver as capacidades das instituições governamentais locais para conceber respostas e coordenar os intervenientes, bem como uma integração mais sistemática das alterações climáticas, redução do risco de catástrofes, reforço da resiliência e medidas de resposta a emergências.
- As contribuições da sociedade civil são fundamentais para o desenvolvimento e para uma melhor prestação de contas. Uma melhor integração das OSCs em programas de prestação de serviços descentralizados reduz a pressão a que as OSCs estão sujeitas e garante uma participação mais localizada.

Implicações para o Programa da Cooperação Suíça 2022–2025

Moçambique tem tempos difíceis à sua frente. Além da imprevisibilidade da pandemia de COVID-19, a situação na Província de Cabo Delgado é motivo de preocupação para o País e países vizinhos, mesmo que os ataques dos insurgentes tenham diminuído um pouco devido à presença de unidades de combate estrangeiras.

Considerando a situação de segurança no norte do País, o facto de as empresas de energia terem suspenso as suas actividades e a tendência global de redução do consumo de energia fóssil, é incerto se a exploração dos recursos naturais estimulará expressivamente o crescimento económico e melhorará os meios de subsistência e o bem-estar dos cidadãos ou quando o fará. Além disso, não estão definidos enquadramentos para a diversificação económica nem para aumentar a produtividade agrícola e aumentar a resiliência e competitividade a fim de absorver o aumento da mão-de-obra em Moçambique. Os sistemas nacionais ainda não estão prontos para gerir de forma eficiente, equitativa e eficaz os fluxos de rendimentos adicionais de forma robusta e transparente.

A tendência positiva para decisões mais descentralizadas e aumento das responsabilidades dos órgãos de governo locais exige maior capacidade institucional de planificação e implementação ao nível local, bem como OSCs e ONGs locais que estejam equipadas para advogar construtivamente uma prestação de serviços públicos equitativa e orientada para a procura.

As principais áreas temáticas da Estratégia de Cooperação Suíça 2017–2020 continuam a ser relevantes. Tendo em conta a dinâmica da descentralização, a Suíça aumentará o seu compromisso em prol da prestação de serviços públicos de qualidade e da prestação de contas relativamente a estes serviços, especialmente em saúde e ASH, e do desenvolvimento económico local, e fará incidir os seus esforços ao nível descentralizado.

O Programa de Cooperação 2022–2025 procurará, assim, atingir dois resultados do seu portfólio, a saber: (1) melhor acesso a serviços básicos de qualidade e (2) mais emprego e rendimento





sustentáveis, especialmente para jovens e mulheres. A colaboração com Moçambique passará de uma abordagem centrada em áreas específicas para uma abordagem intersectorial do diálogo sobre políticas, planificação, programação e implementação. Os aspectos de género e governação serão integrados em ambos os resultados do portfólio. Embora continue o apoio às instituições estatais a todos os níveis, a Suíça aumentará o seu apoio às OSCs, sociedade civil e empresas privadas locais.

O reforço da GFP ao nível descentralizado, com vista a uma maior mobilização de receitas e uma atribuição mais eficaz de receitas públicas aos sectores sociais, continuará a ser uma prioridade do apoio a serviços de qualidade, emprego e rendimento. Ao mesmo tempo, a Suíça continuará a apoiar a formulação de políticas e reformas ao nível central para uma gestão macroeconómica prudente, com especial ênfase na transparência fiscal e na gestão de riscos fiscais, e melhorias do sistema de governação económica para gerir as receitas da exploração de recursos naturais. Na área de gestão macroeconómica, continuará a colaboração com o FMI e o BM, principalmente através de medidas complementares do SECO.

Emprego e rendimento para os pobres, homens e mulheres jovens, continuarão a ser uma área fulcral de intervenção. Para absorver as centenas de milhares de jovens que entram no mercado de trabalho todos os anos e reduzir as disparidades de género, ampliar-se-ão os investimentos no desenvolvimento de MPMEs resilientes ao clima nas zonas rurais e em DCP relevantes para o mercado, incluindo alguns elementos de educação básica. Além do sector agrícola, serão visados novos mercados com potencial de crescimento e criação de emprego. Paralelamente, dar-se-á maior destaque ao apoio a condições favoráveis para a prática de negócios.

A promoção do respeito pelos direitos humanos e pelo direito humanitário passará a ter mais importância no diálogo sobre políticas da Suíça, bem como nas suas actividades de ajuda humanitária e de assistência ao desenvolvimento. Isto implicará apoio a relações construtivas entre sujeitos de deveres e titulares de direitos para aumentar a coesão social (por exemplo, em relação ao acesso à terra e VG), bem como à participação e inclusão dos jovens nos processos deliberativos.

Apesar de todas as dificuldades, a Suíça manterá a sua posição já consolidada no Norte do País. A cooperação para o desenvolvimento continuará a centrar-se nas províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado, onde vive aproximadamente um terço da população moçambicana. Tendo em conta as circunstâncias instáveis no Norte de Moçambique, as intervenções serão implementadas no espírito de uma abordagem em que se associam desenvolvimento, ajuda de emergência e trabalho para a paz. As alterações climáticas e as catástrofes naturais continuarão a afectar o desenvolvimento sustentável de Moçambique. Em consonância com a prioridade 2021–2024 da Estratégia da Cooperação Internacional da Suíça (CI) para fazer face às alterações climáticas, procurar-se-á reforçar ainda mais a criação de resiliência em todo o portfólio. Ampliar-se-ão as medidas de redução do risco de catástrofes e as capacidades para responder a situações de emergências causadas por catástrofes naturais. Serão exploradas novas parcerias e redes institucionais a nível nacional e regional. E as OSCs com presença local e conhecimento das dinâmicas sociais virão acrescentar grande valor aos esforços suíços.

O conflito na Província de Cabo Delgado requer uma abordagem multifacetada. Dadas as enormes necessidades, a Suíça pretende reforçar a sua oferta humanitária, respondendo assim às necessidades imediatas da situação de emergência, ao mesmo tempo que reforça as conquistas de desenvolvimento e a resiliência a longo prazo. A situação no Norte de Moçambique será observada de perto na perspectiva da prevenção e transformação do conflito.

A Cooperação Suíça aproveitará as suas parcerias alargadas com agências das Nações Unidas para alavancar o diálogo sobre políticas aos níveis nacional e internacional, principalmente nas seguintes áreas: descentralização, direitos humanos, VG, juventude, redução de risco de catástrofes e alterações climáticas.

Orientação Estratégica do Programa da Cooperação Suíça 2022–2025

O objectivo geral do Programa da Cooperação Suíça com Moçambique 2022–2025 é contribuir para a redução da pobreza, apoiando os esforços para construir uma sociedade mais resiliente, mais equitativa e mais próspera. Para esse fim, a Suíça implementará um programa concebido com dois resultados abrangentes do portfólio suíço: «Melhor acesso a serviços básicos de qualidade sensíveis às questões de género, inclusive em situações de emergência» e «Melhores empregos e rendimento sustentáveis para homens e mulheres jovens e para a população economicamente desfavorecida».

A DPDH terminará a sua contribuição para o acordo de paz. Pode ponderar-se a participação noutras actividades de construção da paz e reintegração, contanto que a Suíça tenha algum valor acrescentado a oferecer. A Suíça também manterá o seu compromisso de apoio ao processo de DDR em curso.

O programa de cooperação está alinhado com o Plano Quinquenal do Governo de Moçambique e contribui para os subobjectivos da Estratégia de CI da Suíça 2021–2024, que, por sua vez, estão alinhados com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para alcançar os resultados do portfólio suíço e os resultados a ele associados, a Suíça trabalhará ao nível das instituições, da elaboração de políticas e apoiará os titulares de direitos.

Resultado nº 1 do portfólio suíço: «Melhor acesso a serviços básicos de qualidade sensíveis às questões de género, inclusive em situações de emergência»

O resultado contribui para os seguintes ODS:



Resultado 1.1: As instituições públicas mobilizam e utilizam recursos de forma eficaz para financiar serviços equitativos de que prestam contas.

Resultado 1.2: As instituições e OSCs do sector público e privado prestam serviços básicos de qualidade responsáveis e sensíveis ao género, não deixando ninguém de lado.

Reconhecendo a importância de uma melhor prestação de serviços, maior credibilidade do governo e maior coesão social, a Suíça continuará a sua colaboração na área do desenvolvimento humano e social em apoio ao objectivo de Moçambique de alargar e melhorar o acesso da população aos serviços públicos.

Para alcançar esse resultado do portfólio suíço, o programa reforçará as principais instituições estatais e autoridades locais de modo a tornarem-se mais eficientes e mais eficazes de forma sistémica e sustentável, para serem mais receptivos e prestarem contas relativamente às necessidades de serviços básicos para mulheres, homens e jovens. Através de assistência técnica e de diálogo sobre políticas, a Suíça contribuirá para reforçar a GFP, apoiando melhor planificação baseada em políticas, orçamentação, gestão de risco fiscal, investimento público, gestão de activos/passivos e descentralização fiscal.

Exemplos das principais intervenções 2022–2025:

- Trabalho com uma GFP sensível às questões de género e capacidades de planificação e implementação dos órgãos de governo municipais, distritais e provinciais;
- Reforço da política e administração tributária e promoção da equidade no uso da terra e na gestão dos recursos naturais;
- Trabalho com coesão social, reforçando as OSCs locais e capacitando os cidadãos para estabelecerem um diálogo construtivo com o governo;
- Apoio às capacidades de recuperação e gestão do património — reforços das capacidades do governo local e das comunidades nas áreas da saúde, e higiene e saneamento, incluindo educação sexual alargada para os jovens; e
- Integração de componentes de alterações climáticas e resiliência ao clima em programas de prestação de serviços e criação de mecanismos ágeis para responder rapidamente a situações de crise.

Apoiará uma melhor mobilização e gestão das receitas internas, através de melhor política e administração fiscal, uma melhor gestão e recuperação de bens públicos e ainda um melhor quadro legislativo para combate à corrupção. O programa dará também apoio orçamental sectorial ao governo central e aos governos descentralizados, para alargar a cobertura da prestação de serviços e facilitar a inclusão de prestadores de serviços privados e da sociedade civil para prestação de serviços e criação de infra-estrutura de maior qualidade e resiliente às alterações climáticas, especificamente nos sectores pouco desenvolvidos da saúde (com foco em SSR e VG), da acção social e de ASH, que favorecem os mais vulneráveis, especialmente mulheres jovens pobres e deslocados internos. O apoio específico à sociedade civil garantirá uma melhor cooperação entre o lado da procura e o lado da oferta e aumentará a participação dos titulares de direitos nos processos deliberativos e de responsabilização dos sujeitos de deveres. Continuará a ser essencial o diálogo político a todos os níveis.

O reforço dos sistemas, o aumento das transferências fiscais previstas para o nível local e maiores gastos em serviços essenciais farão aumentar a cobertura da população e a satisfação dos utentes, e melhorar os meios de subsistência. As desigualdades e a pobreza diminuirão e aumentará a confiança dos cidadãos nos governos.

O trabalho na prestação de serviços básicos assenta fortemente na continuação do compromisso do Governo de Moçambique de investir nestas áreas fundamentais e na sua capacidade de aumentar o seu espaço fiscal. Dependerá de como se articularão as reformas de descentralização e da vontade de dar mais poder de decisão ao nível descentralizado. Existe, no entanto, o risco de que o conflito armado se intensifique e se alargue, absorvendo recursos públicos para defesa e segurança e comprometendo as conquistas de desenvolvimento.

Exemplos das principais intervenções 2022–2025:

- Facilitação de ligações economicamente viáveis de produtores agrícolas/MPME com mercados de insumos e de produtos;
- Facilitação do acesso a serviços financeiros formais/informais e melhores tecnologias de produção;
- Melhoramento das competências profissionais de empreendedorismo (com uma componente de educação básica para jovens e adultos, como alfabetização e numeracia básicas);
- Apoio a pesquisas e análises que sirvam de base ao diálogo sobre políticas e formulação de políticas, estratégias, regulamentos e diretivas adequadas em áreas centrais de intervenção, como sejam o desenvolvimento agro-económico, o acesso a serviços financeiros, o desenvolvimento de competências, etc.); e
- Apoio a iniciativas para melhorar a produção resiliente às alterações climáticas.

Resultado 2 do portfólio suíço: Melhores empregos e rendimento sustentáveis «para homens e mulheres jovens e para a população economicamente desfavorecida»

Este resultado contribui para os seguintes ODS:



Resultado 2.1: Pequenos produtores e produtoras agrícolas resilientes e MPMEs têm maior acesso a oportunidades de mercado e geram mais rendimento e mais emprego

Resultado 2.2: Pequenos produtores e produtoras agrícolas e MPMEs têm maior acesso a serviços financeiros, competências relevantes e trabalham num ambiente empresarial favorável

Durante o período 2022–2025, a Suíça consolidará o seu apoio a melhores condições e políticas de enquadramento e empenho prático ao nível local na área de emprego e rendimento no contexto do COVID-19 e crescimento económico incerto, e em apoio à prioridade do Governo de Moçambique de aumentar o crescimento económico, a produtividade e a criação de emprego.

Para alcançar este resultado do portfólio suíço, o programa usará uma abordagem de Desenvolvimento de Sistemas de Mercado (DSM) para fazer face aos principais desafios de cadeias de valor seleccionadas, agrícolas e não agrícolas, em áreas rurais e periurbanas (por exemplo, falta de competências e de acesso a serviços financeiros, falta de ligações entre mercados de factores de produção e de bens e serviços. Na medida do possível, os programas explorarão oportunidades para integrar as camadas mais pobres da população em cadeias de valor economicamente viáveis. No entanto, em contextos com potencial de mercado extremamente limitado, como é o caso de zonas rurais muito remotas, pode considerar-se a possibilidade de contribuições para iniciativas do governo ou de outros doadores visando a protecção social, para garantir meios de subsistência económica mínimos.

Um conjunto de políticas e intervenções macroeconómicas especificamente direccionadas melhorarão o ambiente empresarial, apoiarão sistemas de mercado mais fortes e apoiarão os jovens (especialmente as mulheres pobres jovens), pequenos produtores agrícolas e MPMEs na procura de oportunidades de negócios e geração de rendimento mais lucrativas e na recuperação de choques

externos, dessa forma aumentando e estabilizando os rendimentos, melhorando os meios de subsistência e reduzindo a pobreza.

Em todo o portfólio económico, a Suíça promoverá a igualdade de género e a inclusão social. Facilitará plataformas de diálogo que permitam que as OSCs (especificamente de jovens e mulheres) participem e influenciem os processos deliberativos ao nível central e provincial relativos ao desenvolvimento socioeconómico, bem como plataformas em que os intervenientes no desenvolvimento económico promovam e advoguem abordagens mais inclusivas e mais sustentáveis de DSM. No seu trabalho com desenvolvimento económico, o programa integrará sistematicamente nos seus projectos práticas e análises das alterações climáticas (por exemplo, ferramentas do Guia para a Integração do Clima, Meio Ambiente e Redução do Risco de Catástrofes - CEDRIG), para que as várias partes interessadas saibam responder ao impacto das alterações climáticas. Sempre que relevante, apoiará intervenções pontuais inovadoras sobre alterações climáticas. Tendo em vista o número crescente de deslocados internos, o programa explorará as possibilidades de os incluir em programas de desenvolvimento económico apoiados pela Suíça e/ou definir intervenções humanitárias de curto prazo para melhorar a sua situação de emprego e de rendimento.

O portfólio de rendimento e emprego assenta em grande medida no reconhecimento por parte do Governo de Moçambique do papel do sector privado no desenvolvimento e na redução da pobreza e no constante incentivo que tem dado às parcerias do sector privado. Baseia-se no pressuposto de que se mantêm as actuais condições de infra-estrutura que permitem ao sector privado operar e crescer; que a descentralização política e a governação local possibilitarão a criação de modelos de desenvolvimento local; e que o sector privado estabelecido está disposto a explorar novos mercados e a empenhar-se na empregabilidade dos jovens.

Resultado dos temas transversais e do empoderamento da sociedade civil

Há dois temas transversais que permeiam as intervenções suíças para melhorar os meios de subsistência e o bem-estar em Moçambique: género e governação.

A Cooperação Suíça em Moçambique tem uma forte dimensão de igualdade de género, que manterá e alargará enquanto responsabilidade colectiva e comum da Embaixada Suíça e funcionários dos parceiros. A Suíça integra o género na concepção e implementação de programas, incluindo a monitoria. Faz parceria com organizações que lutam pela igualdade de género e que implementam programas específicos de género que melhoram o bem-estar social e económico das mulheres e envolvem homens e rapazes. A igualdade de género também é defendida no diálogo sobre políticas com o Governo de Moçambique e outros doadores.

O programa de cooperação integra princípios de boa governação em todas as intervenções, como meio de transformação e tendo em conta o aumento das fragilidades e das tendências autoritárias. Fá-lo através do diálogo sobre políticas e de programas focados na promoção de alterações sistémicas e no reforço das capacidades institucionais aos níveis central e descentralizado. Isto materializa-se

num resultado transversal com indicadores, metas e orçamento, que põe a tónica no papel central do empoderamento da sociedade civil para alcançar ambos os resultados do portfólio suíço.

Resultado de empoderamento da sociedade civil: Cidadãos empoderados e o sector privado local advogam e monitoram a prestação de serviços orientada para a procura, direitos humanos e desenvolvimento socioeconómico localmente ancorado

Este resultado contribui para os seguintes ODS:



Relativamente ao resultado transversal de empoderamento da sociedade civil, a Suíça pretende desacelerar a redução do espaço cívico e reforçar os valores democráticos e a planificação e orçamentação participativas. O programa suíço promoverá um ambiente em que as OSCs, o sector privado e a população (em particular os jovens e as mulheres) tenham maiores oportunidades de se expressar livremente e participem activamente nos processos de governação, desde o nível da localidade até aos níveis provinciais e nacional. As políticas, planos e programas são, por conseguinte, mais sensíveis às necessidades e perspectivas de mulheres e homens, adultos e jovens, raparigas e rapazes, protegem e promovem melhor os direitos humanos.



Modalidades de Gestão e Implementação

Abordagem de Totalidade do Executivo (*Whole of Government Approach, WoGA*): Dados os desafios abrangentes e interligados entre si que Moçambique enfrenta, a Suíça reforçará a sua abordagem integrada do programa e otimizará a combinação de agências federais e utilização de instrumentos de política externa para criar sinergias. A Embaixada da Suíça garantirá que a cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária sejam coordenadas com medidas complementares da SECO de apoio macroeconómico e desenvolvimento do sector privado, e também com o apoio fornecido pela DPDH e pela Direcção dos Assuntos Políticos (DAP) da Suíça. A embaixada também se empenhará num intercâmbio mais intenso com programas globais da SDC² e outras representações suíças na região da África Oriental e na África Austral com prioridades se-

2 Por exemplo, programas globais da SDC de saúde, água, segurança alimentar e alterações climáticas.

melhantes nos seus programas e afectadas pela instabilidade nas regiões fronteiriças.

Assistência humanitária e ligação (nexus): Dado o conflito no Norte, a pandemia de COVID-19 e as necessidades e riscos relacionados com as alterações climáticas, foi decidido prolongar a ajuda humanitária suíça por um período de quatro anos. Foi dado um passo importante ao destacar se um membro da equipa de ajuda humanitária para a Embaixada da Suíça, para trabalhar com ASH e protecção contra a violência e com dignidade das pessoas e direitos humanos, e participar na coordenação e na advocacia humanitária. A Suíça aplica instrumentos de ajuda humanitária e de cooperação para o desenvolvimento de forma concertada, reforçando assim as conquistas de desenvolvimento e a resiliência, ao mesmo tempo que responde às necessidades humanitárias (correlação). Além disso, o programa usará a sua flexibilidade operacional e financeira para

adaptar o seu portfólio e os desembolsos a alterações repentinas de contexto que exijam respostas específicas de ajuda humanitária.

Gestão de programas sensível a conflitos (GPSC): A situação frágil e conflitual de Moçambique exige uma aplicação e uma integração mais consequente de gestão de programas sensível a conflitos e abordagens adaptativas na concepção e na implementação de programas e projectos, especialmente nas províncias focais do norte de Moçambique. A embaixada fará uma ampla divulgação de conhecimentos sobre a abordagem de GPSC junto de parceiros e outras partes interessadas.

Parcerias e participação do sector privado: A tradição suíça tem sido fornecer cerca de metade de sua APD por intermédio do sistema público. A Suíça continuará a parceria com as autoridades governamentais moçambicanas a nível central e provincial para a implementação do presente programa de cooperação. Durante o período 2022–2025, estabelecerá também uma colaboração directa com as estruturas governamentais recém-criadas aos níveis provincial e distrital. Tal como no passado, a Suíça também manterá uma ampla colaboração com OSCs e ONGs e grupos de reflexão moçambicanos e internacionais, incluindo ONGs suíças e a academia suíça. Aproveitará as oportunidades que surgirem de aumentar a cooperação com organizações multilaterais de desenvolvimento e humanitárias aos níveis de políticas e de programas, contribuindo também dessa forma para as reformas do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas ao nível do país. A Suíça pretende também ampliar a colaboração com o sector privado internacional e local, incluindo empresários sociais e investidores de impacto, para fornecer e financiar soluções para aumentar a criação de empregos e o desenvolvimento económico e uma cobertura mais ampla de serviços básicos.

Coordenação de doadores: A coordenação com doadores e outros actores é importante para maximizar a eficiência e evitar a duplicação de esforços. A Suíça é membro das plataformas de coordenação de doadores em Moçambique. Promoverá e apoiará proactivamente uma melhor coordenação entre o número cada vez maior de actores que estão a oferecer assistência ao Governo de Moçambique para fazer face aos vários desafios que enfrenta, sobretudo nas províncias do Norte e nas áreas de DCP, descentralização, GFP e apoio às OSCs.

Cultura: Valores, crenças, artes e práticas culturais têm uma influência fundamental nos processos de desenvolvimento político, económico e social. A Suíça aumentará o seu empenho na área cultural com vista a criar espaços com uma carga menos política para promover a diversidade, a reconciliação e a liberdade de expressão através de manifestações artísticas. O desporto e a cultura também podem ser integrados nas intervenções de desenvolvimento e de ajuda humanitárias com vista a aumentar a auto-estima e a confiança, resolver conflitos e promover a coesão social.

Finanças: A SDC e a SECO disponibilizaram fundos para implementar este programa de cooperação (ver Quadro e Anexo 5). Moçambique também beneficiará de mais financiamento suíço – ou seja, através dos programas globais e regionais da SDC³ e

³ Os programas globais e regionais da SDC contribuem para projectos ou fundos que beneficiam parcialmente Moçambique. A responsabilidade e a gestão dos orçamentos cabem à sede da SDC na Suíça.

da SECO⁴, bem como de contribuições para organizações e iniciativas internacionais e multilaterais a funcionar no país.

Quadro: Planificação de Recursos Financeiros 2022–2025 (milhões de CHF)

Compromissos directos em Moçambique	2022	2023	2024	2025	Total
Cooperação com o Sul da SDC	24	26	28.5	30.5	109
Ajuda Humanitária (estimativa)	1	1	1	1	4
Secretaria de Estado para Assuntos Económicos (SECO)*	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

* Dado que a SECO trabalha em Moçambique no âmbito do seu quadro de medidas complementares, não existe orçamento para o país e, por conseguinte, não é possível fazer uma projecção sobre a planificação dos recursos financeiros para o período 2022-2025. A SECO já afectou fundos para um programa de desenvolvimento de capacidade de GFP em colaboração com o Ministério da Economia e Finanças e implementado pelo FMI. Além disso, fornece apoio por meio de actividades específicas no país, canalizadas através dos seus programas globais e regionais.

⁴ A SECO fornece apoio por intermédio de programas bilaterais, globais e regionais. Os programas globais e regionais constituem uma grande parte das intervenções da SECO em Moçambique. Trata-se, por exemplo, do apoio através do Programa de Estratégia, Medição de Desempenho, e Relatórios e Comunicação, implementado pela Iniciativa de Desenvolvimento INTOSAI, que fortalece a instituição superior de auditoria pública de Moçambique (Tribunal Administrativo) apoiando o seu planeamento estratégico e operacional. Apoia também a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas e, relacionado com este compromisso, contribui para melhorar a gestão dos rendimentos extractivos de Moçambique através de actividades específicas do país que fazem parte do Programa de Apoio à Programação Global das Indústrias Extractivas.



Gestão Estratégica

O Programa da Cooperação Suíça para Moçambique 2022–2025 está sujeito a monitoria regular que controla a eficácia e eficiência do portfólio suíço e sua relevância para os beneficiários visados. Especificamente, a monitoria visa o triplo objectivo de (1) gestão do programa; (2) prestação de conta dos resultados; e (3) aprendizagem contínua.

A monitoria do programa de cooperação é da responsabilidade da Embaixada da Suíça. O sistema de monitoria enfatiza nos objectivos nacionais. Os resultados obtidos pela Cooperação Suíça são entendidos como uma contribuição para alcançar esses objectivos. A monitoria integra dados e observações ao nível nacional e ao nível do portfólio da Suíça e incide na mudança no nível dos resultados (mudanças institucionais e sociais).

A implementação do programa de cooperação é monitorada a quatro níveis (ver quadro):

- i) Desenvolvimento do contexto nacional geral e contextos relevantes específicos do sector;
- ii) Estado de avanço relativamente aos resultados nacionais seleccionados de desenvolvimento e de ajuda humanitária;
- iii) Realização dos resultados suíços, também em relação aos Indicadores de Referência Temáticos e Indicadores de Referência Agregados que permitem que a Suíça comunique os resultados agregados em todos os países prioritários; e
- iv) Desempenho da Embaixada avaliado de acordo com as dimensões seleccionadas da gestão do programa.

Quadro: Sistema de monitoria geral

	<i>Nível</i>	Área de enfoque	Instrumento	Periodicidade
(i)	Contexto do país	Contexto nacional do país, no que for relevante para o programa da Cooperação Suíça	MERV ⁵ Relatório político Relatório económico Relatório de Recursos Humanos	No mínimo, anual (Setembro)
(ii)	Resultados do país	Estado de avanço relativamente aos resultados de desenvolvimento e ajuda humanitária incluído no quadro de resultados do programa da Cooperação Suíça	Relatório anual	Revisão anual (Outubro)
(iii)	Resultados do portfólio suíço	Realização dos resultados incluída no quadro de resultados do programa da Cooperação Suíça, medida em função de indicadores seleccionados e da contribuição para os resultados no país	Relatório anual Revisões, avaliações e estudos	Revisão semestral (Maio) Revisão anual (Outubro)
(iv)	Resultados de gestão	Realização dos resultados de gestão incluídos para apoiar uma implementação do programa eficiente e eficaz.	Relatório anual Relatório de gestão do escritório Auditorias/relatórios financeiros Relatório do sistema de controles interno	Revisão anual (Outubro)

⁵ Sistema de Monitoria de Mudanças Relacionadas com o Desenvolvimento

Anexo 1: Mapa de Moçambique



Map No. 3706 Rev. 6 UNITED NATIONS
May 2016

Department of Field Support
Geospatial Information Section (formerly Cartographic Section)

Anexo 2: OECD Gender Index

Country	Mozambique
SIGI 2019 Category	Low
SIGI Value 2019	24%

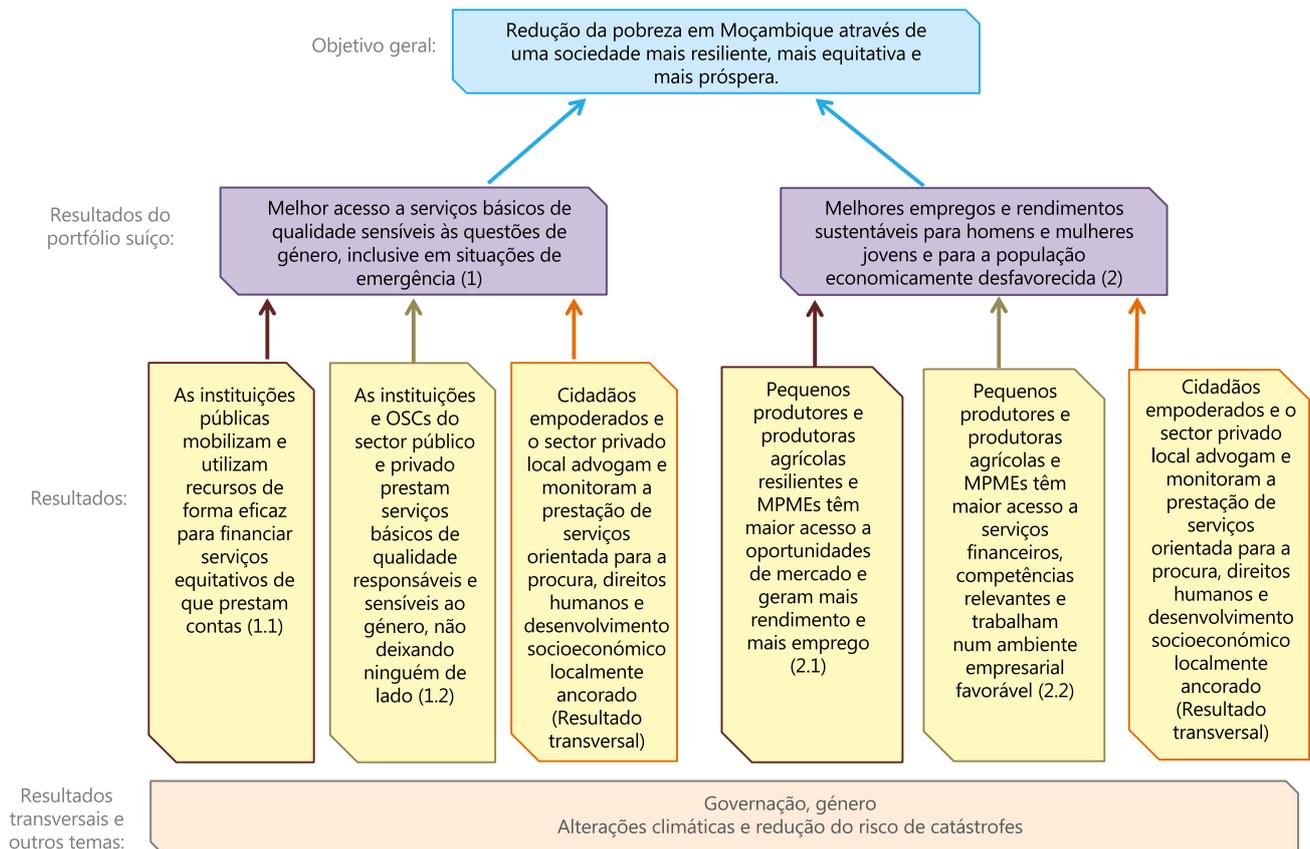
Discrimination in the family	32%	
	Legal framework on child marriage	50%
	Percentage of girls under 18 married	41%
	Legal framework on household responsibilities	50%
	Proportion of the population declaring that children will suffer if mothers are working outside home for a pay	-
	Female to male ratio of time spent on unpaid care work	-
	Legal framework on inheritance	25%
	Legal framework on divorce	0

Restricted physical integrity	15%	
	Legal framework on violence against women	75%
	Proportion of the female population justifying domestic violence	23%
	Prevalence of domestic violence against women (lifetime)	22%
	Sex ratio at birth (natural =105)	105
	Legal framework on reproductive rights	0%
	Female population with unmet needs for family planning	23%

Restricted access to productive and financial resources	15%	
	Legal framework on working rights	0%
	Proportion of the population declaring this is not acceptable for a woman in their family to work outside home for a pay	14%
	Share of managers (male)	76%
	Legal framework on access to non-land assets	0%
	Share of house owners (male)	82%
	Legal framework on access to land assets	0.25
	Share of agricultural land holders (male)	77%
	Legal framework on access to financial services	0%
	Share of account holders (male)	59%

Restricted civil liberties	33%	
	Legal framework on civil rights	75%
	Legal framework on freedom of movement	0
	Percentage of women in the total number of persons not feeling safe walking alone at night	49%
	Legal framework on political participation	50%
	Share of the population that believes men are better political leaders than women	-
	Percentage of male MP's	60%
	Legal framework on access to justice	0%
	Share of women declaring lack of confidence in the justice system	45%

Anexo 3: Sinopse da Estrutura de Resultados



Anexo 4: Results Framework Swiss Cooperation Programme Mozambique 2022–2025

Overall Cooperation Programme Objective: To contribute to poverty reduction by building a more resilient, equitable, and prosperous society

**Swiss Portfolio Outcome 1: Improved access to gender-responsive quality basic services, including in emergencies
Contributing to Sub-objectives of the IC Strategy 2021–2024:**

Sub-objective 7: Strengthening equitable access to quality basic services

Sub-objective 9: Strengthening and promoting human rights and gender equality

Sub-objective 10: Promoting good governance and the rule of law and strengthening civil society

Theory of change: IF through the Swiss programmes, the capacities of central and decentralised authorities for the management of public finances and service delivery are strengthened and if participatory planning and budgeting processes are developed from the locality level up to the district/provincial level, THEN the state and the public finance system will be more transparent, sustainable, efficient, inclusive and accountable leading to improved allocations for delivery of services that benefit the wider population including women; the trust between citizen and governments increases; citizens (women and men, male and female youth, girls and boys) have better access to public services and increase their livelihoods, thus reducing inequality and poverty.

(1) Swiss portfolio outcome	(2) Contribution of Swiss programme	(3) Country development outcome
<p>Outcome 1.1 Public institutions effectively mobilize and utilize resources to finance equitable services in an accountable manner</p> <p>Indicators: 1.1.1 % of increased revenue/resource mobilisation of public institutions at national and decentralised levels, with Swiss support</p> <p>Source: project reports/surveys (GIZ, UNCDF, UNDP, GOTAS, CD Health programme), annual fiscal statements of national and sub-national government entities (provincial, district, municipalities) Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>1.1.2 Improved (in number and quality) expenditure management in Swiss supported Government institutions (municipalities, national, provinces and districts) towards improved service delivery (Local indicator)</p> <p>Dimension of the indicator: 1. Reduce gap between allocated resources and execution: % of annual execution 2. % of non-qualified audits 3. % of public investments spending budgeted under cost-benefit and economic criteria</p> <p>Source 1: Project surveys and reports (GoTAS, CD Health Promotion Programme, GIZ, UNCDF, UNDP, IMF-PFM), PFM diagnostic tools such as Public Expenditure & Financial Accountability (PEFA), Governance Barometer IESE (good governance index at municipality level)</p>	<p>The Swiss programme contributes to stronger and more effective State in terms of public finance management and accountability by enhancing state capacities at central and subnational levels in selected areas like fiscal management, resource mobilisation to deliver more inclusive and better quality services delivery, thereby influencing policies.</p> <p>Assumptions:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Agreements on decentralisation reforms from the Peace process are implemented → State reforms on decentralisation and public financial management remain a priority → Fiscal transfers increase from central level to Provinces → Treasury management functions are performed at province and district levels → Roles and competences of government institutions at provincial level are further clarified → Technical assistance and policy dialogue in critical areas of revenue management, prudent fiscal management and transparency are demanded from partner institutions and contribute to enhanced institutional capacity → Economic stability is maintained and government is willing to enhance policies and strategies for sustained economic growth and domestic revenue mobilization in context of increased challenges to manage the wealth from extractive industries → Elections in districts are held in a transparent manner → Decentralization is deepened, giving greater involvement and inclusion of citizens to exercise citizenship 	<p>Outcome 1.1 Improved and balanced macroeconomic environment and strengthened public financial management systems for efficient provision of public services, with emphasis on decentralized governance and institutional capacity</p> <p>(Source: Government of Mozambique’s Five -Year Development Plan ; PQG 2020–2024)</p> <p>Indicators: Number of Provinces with decentralised governance bodies established and functioning Source: Five-Year Government Plan Baseline 2019: 0 Target 2025: 11</p> <p>% of resources allocated to social and economic priority areas Source: Five-Year Government Plan, State Budget Baseline 2021: 63.1 % of total budget (2019) Target 2025: 65.2% of total Budget (2024)</p> <p>% of government spending on essential services (health, water, social protection) (SDG 1.a.2) Source: Annual State Budget Reports Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>% of budget allocated and executed at decentralized level Source: Visão das Finanças Públicas (pag. 113), State Budget Baseline 2021: 40.3% (as in budget 2022) Target 2025: 50% of the State Budget</p>

<p>Baseline: GoTAS, Cabo Delgado Health Promotion, IMF-PFM Target 2025: Municipality level: 7 out of 9 supported municipalities in Nampula and Niassa improved average score by points Source 2: Other sources such as Open Budget Initiative, WB, Public Exp. Review Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>1.1.3 Gender considerations included in the PESOD and PDD influencing selection of projects and actions by local government decision makers (contribution to ARI GEN 5) Source: UNCDF, PESOD and PDD, GoTAS, CD Health Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p>	<p>Risks:</p> <ul style="list-style-type: none"> → No progress in the implementation of decentralization reforms → Slowdown of PFM reforms and change of priorities, as natural resource revenues increase → Deterioration of economic conditions stemming from conflict leads to crisis and shift of public spending priorities towards defence and security. → Sustained absence of state institutions in certain districts due to conflict → Spread of Covid-19 lead to reduced public services → Increased number of IDPs 	<p>% of domestic revenue relative to GDP (national level, disaggregating contribution of extractive industries) Source: Annual State Budget Execution Reports Baseline 2021: 24.1% (2020) Target 2025: 27.6% (2024 – CFMP 2022–2024)</p>
--	--	---

<p>Outcome 1.2 Public, private institutions and CSOs deliver gender responsive, accountable, quality basic services that leave no one behind</p> <p>Indicators: 1.2.1 Satisfaction of women, men and youth (m/f) with basic services provided by local government</p> <p>Sources: UNCDF report , GoTAS, Cabo Delgado Health Promotion (score cards / perception survey once a year) Baseline 2022: Baseline questionnaire in Year 1 Target 2025: +60%</p> <p>1.2.2 Number of people (m/f) using safely managed drinking water services (in Swiss Intervention regions) (WAT_ARI_1) Source: Project surveys and reports (GoTAS, CD Health Promotion, PRONASAR, future humanitarian interventions) Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>1.2.3 Number of people (m/f) that gained access to improved sanitation and hygiene services¹ (in Swiss Intervention regions) (WAT_ARI_2) Source: GoTAS, Cabo Delgado Health Promotion, PRONASAR, future humanitarian interventions Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>1.2.4 Number of adolescents and young people (m/f) reached with SRHR, GBV, HIV services Source: Safeguard Young People, GoTAS, CD Health Promotion, Global Fund to Fight HIV/AIDS, Tuberculosis and Malaria Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>1.2.5 Number of persons reached in emergency situations (HA ARI 1)</p> <p>Source: Project surveys and reports Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p>	<p>Contribution of Swiss programme The Swiss programme contributes to enhanced capacities of public and private institutions in selected areas like health, WASH, social protection in order to deliver more inclusive and better-quality basic services, in particular to the most vulnerable, including poor young women and IDPs.</p> <p>Assumptions:</p> <ul style="list-style-type: none"> → Mozambican government manages to keep Covid-19 epidemic in check and health service provision continues without major shocks → Roles and competences of government institutions at provincial level in the context of the decentralization reform become clearer and leaner → Increased transparency in public contracting processes → Planning and monitoring processes are transparent and inclusive (gender, marginalised groups, youth) → Increased interest of private sector to engage in basis water service delivery due to transparent public contracting processes <p>Risks:</p> <ul style="list-style-type: none"> → (Northern) Mozambique is hit again by natural hazards (cyclones, floods) leading to destroyed or damaged health facilities, water and sanitation infrastructure and thus compromising development gains achieved → Conflict in Cabo Delgado becomes more intense and spreads into more districts/provinces; IDP numbers increase further burdening the provision of basic services → Rural water and sanitation in general, and the government's PRONASAR programme in particular, remains low on the agenda of the government → Insufficient and inadequate funding to the social and economic sectors responsible for the provision of basic service delivery and high donor dependency for social sectors → Covid-19 pandemic spreads and hampers development gains → Improvements in the health sector jeopardized by rapid population growth → Increased number of IDPs 	<p>Outcome 1.2 Expanded access and improved quality of Health Services and WASH infrastructure (PQG Pillars on human development and social and economic development)</p> <p>Indicators: Increased level of user satisfaction with the quality of services provided by the Public Administration Source: Health Sector Strategic Plan 2021 – 2024 Baseline: tbd Target: tbd</p> <p>% and number of men and women having access to water infrastructure in rural areas Source: Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>% and number of people who use adequate sanitation infrastructure in rural areas Source: Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p> <p>% of new users of modern methods of Family Planning Source: Health Sector Strategic Plan 2021 – 2024 Baseline: tbd Target: tbd</p>
---	---	--

¹ including IDPs in emergency situation

(4) Lines of intervention

Outcome 1.1. State institutions effectively mobilize and utilize resources to finance equitable services in an accountable manner

- Policy dialogue and PFM capacity strengthening support to Ministry of Economy and Finance regarding improved domestic revenue mobilization and management (incl. natural resource revenue management), policy-based budgeting, management of fiscal risks, and coordination between territorial and sectorial government levels.
- Strengthen PFM capacities of state institutions at central and subnational level to deliver good quality services in a transparent and accountable manner (revenue mobilization, public resource management, gender-sensitive planning/budgeting etc.).
- Capacity building support to the General Attorney's Office and the Ministry of Economy and Finance to enhance asset recovery and management and to improve the legislative framework to fight financial crime and corruption.
- Support governments of Cabo Delgado, Niassa and Nampula province in the formulation and implementation of service delivery strategies and coordination among the 3 provinces
- Support increased capacity of communities to participate in service delivery related government planning and budgeting processes.

Outcome 1.2: Public, private institutions and CSOs deliver gender responsive, accountable, quality basic services that leave no one behind

- Technical assistance and budget support to central and decentralized public works, water and health authorities to deliver good quality and gender sensitive WASH, health and other services to communities (infrastructure; promotion of hygiene, sanitation and health measures etc.)
- Support capacity building of civil society based organisations (WASH/health committees, CBO's, CSO's etc.) to sustainably contribute to the rehabilitation/maintenance of community WASH infrastructure to promote basic hygiene, sanitation, health, and to ensure equal access to those services.
- Address sexual and reproductive health and rights (SRHR) needs of adolescents and young people.
- Continued engagement in policy and donor coordination dialogue on conducive framework conditions and good practices to strengthen decentralized public service delivery.
- Support to strengthening local governments' capacities in creating public spaces for dialogue on conflict management, social cohesion, transparency and inclusion.
- Provision of emergency assistance to natural disaster and conflict affected communities and IDP's (with a focus on WASH, health and social protection) and support to Swiss NGO's to establish of a rapid response mechanism to immediately respond to upcoming emergency needs.

Gender:

- Inclusive institutions through i) gender planning and budgeting in health and water in order to formulate plans and budgets that integrate women's and girls' specific needs (UNCDF, potentially CD Health, GoTAS, social cohesion), ii) inclusive policies and accountability mechanisms for the promotion and protection of adolescents and young people's rights with a focus on sexual and reproductive health rights, iii) Capacity building on gender equality and menstrual hygiene management of the institutions supported.
- Participation of women and young people in decision making through: i) targeted information/communication about women's possibilities and added-value to participate in water and health committees and consultative councils, ii) training of women in specific fields (leadership skills, participative planning, financial management, technical skills like repair of hand pumps)

Governance:

- Support and strengthen an enabling environment for the promotion of social accountability and public participation mechanisms (through work with Provincial Assemblies, district development observatories and inclusive community involvement at health facilities (committee's co-management, WASH committees applying good governance principles etc.)
- Application PEA and CSPM to address the underlying power dimensions and formal/informal rules and norms through adaptive programming. CSOs and private sector are supported to increase their advocacy and capacities to strengthen local problem-solving mechanisms.

Climate Change:

- Support climate change sensitive public service delivery planning, budgeting and implementation
- Ensure resilient construction of WASH and health infrastructures and integrate DDR approach in WASH and health related PCM
- Support CSOs, media, social media to address climate change issues with and by youth (social accountability, local planning and budgeting, advocacy etc.)

(5) Resources, partnerships (Swiss Programme)

Financial Resources/Budget: CHF 61.4 Mio

Partnerships: Ministry of State and Public Administration, Ministry of Economy and Finance, Ministry of Water, Ministry of Health; Ministry of Land and Environment, Province, District and Municipal governments in Niassa, Cabo Delgado, and Nampula Province; Association of Municipalities (ANAMM), Multilateral Organisations: UNICEF, WHO, UNPD, IMF, UNCDF, WFP, IOM; UNFPA; national and local civil society organisations, private sector (health and water sector), Basel Institute on Governance, INGO's (Helvetas, Untied Purpose, SNV, SolidarMed, SolidarSwiss), GIZ

Modalities: Sectoral budget support to government; core contributions to civil society and multilateral organisations; project contributions to INGO's and multilateral organisations; mandates

Swiss Portfolio Outcome 2: Enhanced sustainable employment and income for young men and women and the economically disadvantaged

Contributing to Sub-objectives of the IC Strategy 2022–2025:

Sub-objective 1: Strengthening framework conditions for market access and creating economic opportunities

Sub-objective 2: Promoting innovative private sector initiatives to facilitate the creation of decent jobs

Sub-objective 9: Strengthening and promoting human rights and gender equality

Theory of change: **IF** gainful income-generating opportunities for young men and women and the economically disadvantaged are created, **IF** male and female smallholder farmers are more resilient and increase their access to input and output markets **and IF** MSME's have access to better skilled labour force and supporting services **THEN** economic growth, productivity and employment creation will increase **BECAUSE** the government is committed to stimulate private sector growth and the Swiss support to the policy reform process is effective, therefore the private sector has the confidence to increase its investment in rural and peri-urban areas.

(1) Swiss portfolio outcome	(2) Contribution of Swiss programme	(3) Country development outcome
<p>Outcome 2.1 Resilient female and male smallholder farmers and MSMEs have increased access to market opportunities and generate additional income and employment.</p> <p>Indicators:</p> <p>2.1.1 Number of persons (m/f/age) having new or better em-ployment (IED ARI 2) Source: surveys and project reports (Skills for Youth Economic Empowerment (SYEE), new PSD project in design, Inovagro+) Baseline 2022: 0 (to be established) Target 2025: 3000</p> <p>2.1.2 Change in yearly net income (IED TRI 1) (for male and female SHFs and MSMEs) Source: Surveys and project reports (Inovagro+, Futuro MCB, new PSD project in design) Baseline 2021: USD 267 Target 2025: 30% increase of net income (USD 347)</p> <p>2.1.3 Numbers of SHF using adapted and improved production inputs (e.g. seed, planting materials and irrigation) through Swiss supported initiatives. Source: Surveys and project reports (Inovagro+) Baseline 2020: 46'000 Target 2025: 100'000</p> <p>2.1.4 Proportion of targeted stakeholders applying climate smart agricultural practices and micro-insurance products to re-pond to climate change Source: Surveys and project reports (Inovagro+, Futuro MCB, new CC initiative in design) Baseline 2022: 0 Target 2025: tbd</p> <p>2.1.5 Number of market systems transitioning from emerging to functioning due to Swiss support Source: Inovagro+ Baseline 2022: tbd Target 2025: tbd</p>	<p>The Swiss programme contributes to more gainful income-generating opportunities for youth, especially poor young women, which enables them to supplement and stabilize income flows, leading to improved and sustainable livelihoods, hence contributing to poverty reduction</p> <p>Assumptions: The Government of Mozambique will continue to stimulate private sector partnerships to improve basic service coverage areas and reduce socio-economic disparities. The recognition of private sector role in agriculture development and poverty reduction by the government Willingness of established private sector to take risks and expand/explore new, less dynamic markets with potential business opportunities Current infrastructure (power, water, roads, markets, etc.) conditions are maintained to enable the private sector to operate and grow Political decentralization and local governance will empower communities and local organizations to co-create models of local development Economic stability is maintained and government is willing to enhance the competitiveness of the country's conditions for doing business (reduced administrative barriers and conducive policies for MSMEs development)</p> <p>Risks: Prolonged COVID-19 effects on the economy, particularly the most vulnerable Deterioration of security situation in the North affecting the provinces/districts where projects are being implemented Weather events become more frequent and with harsher impacts, specifically in the agriculture sector Government investment in the agriculture and other productive sectors reduces</p>	<p>Outcome statement 1: Enhance economic growth, productivity and employment creation (Sources: PQG)</p> <p>Indicators:</p> <p>2.1.1 Number of employment created Source: PQG (96) Baseline 2019: 478'904 Target 2024: 2'952'907</p> <p>2.1.2 Increased household farmer incomes Source: Procava Project Baseline 2021: tbd Target 2024: 52.3% increase of net income</p> <p>2.1.3 Percentage of SHF that adopt at least one disseminated technology Source: PQG (68) Baseline 2019: 15% (730'111) Target 2024: 25% (1'200'000)</p> <p>2.1.4 Country indicator not available</p>

<p>Outcome 2.2 Female and male smallholder farmers and MSME's have improved access to financial services, relevant skills and operate in an enabling business environment.</p> <p>Indicators:</p> <p>2.2.1 Number of women, men and MSMEs having access to and making use of formal and informal financial products and services (including insurance products), including those that facilitate recovery from shocks¹</p> <p>Source: Surveys and project reports (Futuro MCB, Inovagro+, new PSD and FSD projects in design) Baseline 2020: 40'000 Target 2025: 80'000</p> <p>2.2.2 Number of persons enrolled in new or better vocational skills development (IED ARI 1) Source: Surveys and project reports (SYEE, MNK Internship Project) Baseline 2022: 0 Target 2025: 3000</p> <p>2.2.3 Number of improved policies, guidelines, regulations, strategies and analysis contributing to a more conducive business environment for SHFs and MSME's. Source: Project reports (EP4IG, Inovagro+, SYEE, FSD project in design, Investment Climate SECO/ IFC) Baseline: to be identified based on project constraints analysis on these levels Target: 4</p>	<p>The Swiss programme contributes to more services that support female and male farmers, as well as MSMEs, to pursue income generating opportunities, hence contributing to increased productivity/ employability, and increasing their income.</p> <p>Assumptions:</p> <ul style="list-style-type: none"> → The Mozambican Central Bank improves the regulatory framework related to financial inclusion. → Government and development partners make a serious effort to promote gender equality and social inclusion in the economic sphere. → The targeted beneficiaries, especially youth and women (including SHFs and MSMEs) are interested to uptake the products and services provided through Swiss engagement. → Sufficient interest from youth in engaging in non-formal learning opportunities. → The private sector is interested in delivering services for youth employability (practical training/internship, matching services, coaching). → The training regulator recognizes the importance of non-formal learning for youth excluded from the formal offer, engages in discussion of effective training alternatives and needed framework changes. → Government remains committed to improving framework conditions conducive for doing business and to promote formal/informal vocational education. <p>→</p> <p>Risks:</p> <ul style="list-style-type: none"> → The private sector does not see the business interest in providing products and services to the intended beneficiaries → Education system further deteriorates adding to the to the basic education skills gap of youth → Young women continue to be excluded from economic opportunities due to social norms → Prolonged COVID-19 effects on the economy, particularly the most vulnerable → Deterioration of security situation in the North, affects the provinces/districts where projects are being implemented → Delays in pace of reforms and implementation of projects due to the political cycle (national, provincial, districts and municipalities elections) 	<p>Outcome 2.2 Enhance economic growth, productivity and employment creation (Sources: PQG)</p> <p>Indicators:</p> <p>2.2.1 Proportion of adults with physical or electronic access to financial services provided by a formal financial service institution Source: National Financial Inclusion Strategy Baseline 2015: 22.6% Target 2022: 45%</p> <p>2.2.2 Number of students enrolled in Technical and Vocational Training courses Source: Technical and Professional Training Strategic Plan Baseline 2017: 85'313 Target 2024: 115'756</p> <p>2.2.3 Country indicator not available Enhance economic growth, productivity and employment creation (Sources: PQG)</p> <p>Indicators:</p> <p>2.2.1 Proportion of adults with physical or electronic access to financial services provided by a formal financial service institution Source: National Financial Inclusion Strategy Baseline 2015: 22.6% Target 2022: 45%</p> <p>2.2.2 Number of students enrolled in Technical and Vocational Training courses Source: Technical and Professional Training Strategic Plan Baseline 2017: 85'313 Target 2024: 115'756</p> <p>2.2.3 Country indicator not available</p>
--	---	---

¹ This indicator is related to IED ARI 3 "Number of people having access to and making use of formal financial products and services" and IED TRI 4 "Number of women and men who thanks to insurance consider that they are more easily recover from shocks and adverse events". However, specifically for SHF, women, and micro entrepreneurs, informal financial services such as access to group based loans and saving services remain a legitimate, well established, and important financial service delivery mechanism, with a potential to be linked up to the formal system.

(4) Lines of intervention

Outcome 2.1: Resilient female and male smallholder farmers and MSMEs have increased access to market opportunities and generate additional income and employment.

- MSD support to private sector enabling them to provide affordable and good quality production inputs (e.g. seeds, productivity-enhancing equipment, irrigation systems and output market linkages to female and male smallholder farmers (SHF).
- Support small and medium scale agro-processing initiatives along agricultural value chain (piloting and scaling-up).
- Capacity building of MSMEs (especially women and youth led) through training on financial literacy, business and entrepreneurship skills, and linkages with supporting services in order to increase their competitiveness, generate employment and act as multipliers.
- Support SHF and MSMEs to implement best practices in disaster risk management and management of agriculture systems (climate smart technologies and practices) through fully integrated climate risk management initiative (R4 - Risk reduction, Risk transfer, Risk reserves and prudent risk) in order to improve resilience to climate variability.
- Support governments of Cabo Delgado, Niassa and Nampula province in the formulation of local economic development strategies and coordination among the 3 provinces.

Outcome 2.2: Female and male smallholder farmers and MSMEs have improved access to financial services, relevant skills and operate in an enabling business environment.

- Capacity building of Village Saving and Lending Associations to strengthen informal saving mechanisms to invest in productive inputs and to better respond to shocks. Further explore potential to link informal lending/saving mechanisms to formal financial institutions.
- Institutional capacity building of Futuro MCB and other possible formal financial service providers (e.g. product development, portfolio risk management) to increase access of excluded female and male SHF and MSMEs to formal financial products and services.
- Continue collaboration with private sector (e.g. Hollard Insurances) and other organisations (e.g. WFP) to pilot and rollout relevant and affordable micro-insurance products for SHFs and MSMEs as a viable risk transfer mechanism to enhance resilience to external shocks.
- Capacity building of public and private sector actors to improve access and quality of skills development opportunities (including numeracy/literacy basic education, technical, soft and life skills) for youth and vulnerable groups (e.g. IDPs).
- Technical assistance to government to improve business environment (policies, regulations etc.) with a stronger focus on sectorial and sub-national levels.
- Policy dialogue and provision of technical assistance to relevant public and private stakeholders to strengthen policy analysis/development, research and multi-stakeholder dialogue towards more inclusive growth strategies with conducive sectoral framework conditions (e.g. doing business for MSMEs, agricultural development policies such as seed certification), regulatory requirements for financial inclusion (e.g. bank account registration, agent banking) and skills development.

Gender: Better livelihoods for young women through: i) equitable access to training, employment, finance and productive resources for young women and men, ii) training of partners (private sector) on gender issues, iii) support women-led MSMEs and sectors that are gender friendly, iv) engage men in promotion of gender equality (e.g. through trainings, social media campaigns, community support groups), v) support participatory approaches at community level to increase women's self-confidence and voice in community decision-making processes.

Governance: Promote direct engagement with government through national poverty reduction strategies, budget support mechanisms, at sectoral and district level with government ministries and local authorities, and through individual programmes and projects. Participation in policy dialogue to foster the development of reforms to improve business environment (e.g. in areas such as access to finance, to good quality certified seeds, etc.).

Climate Change: i) awareness raising on climate risk management strategies; ii) strengthened resilience/adaptation planning and decision-making across female and male smallholders farmers through the generation and use of climate information; iii) promote and scale up insurance within a climate risk management initiative, iv) conservation agriculture, v) DRR

(5) Partnerships and modalities

Financial Resources/Budget: CHF 36 Mio

Partnerships: Ministry of Economy and Finance, Ministry of Labour, Ministry of Agriculture and Rural Development, Ministry of Industry and Commerce, Ministry of Land and Environment, Bank of Mozambique, Integrated Development Agency of the North (ADIN), State Secretariat for Professional and Technical Education, State Secretariat for Youth and Employment (SEJE), Association for the promotion of the seed sector (APROSE), MSD network, Private Sector companies, WFP, bilateral and multilateral agencies/donors and projects, international and local NGOs.

Modalities: Mandates for project implementation; contribution to existing projects; private sector engagement (PSE).

Transversal Outcome (contributing to Outcome 1 and 2)

Empowered citizens and local private sector advocate for and monitor demand-oriented service provision, human rights, and locally driven socio-economic development

Indicators:

3.1 Number of people participating in and influencing public service provision, decision-making and budgets in their localities (**GOV ARI 1**)

Source: Project surveys and reports (Social cohesion programme reports, GoTAS, CD Health, UNCDF, GIZ)

Baseline 2022: tbd

Target 2025: tbd

3.2 Number of civil society organisations that contribute to multi-stakeholder dialogue or to the respect for human rights (FCHR ARI 1)

Source: Governance team reports

Baseline 2022: tbd

Target 2025: tbd

3.3 Number of Swiss supported private sector and civil society led initiatives (specifically youth and women) that successfully engaged in and influenced local socio-economic development strategies/plans.

Source: Project surveys and reports

Baseline: 0

Target: 2-4

The Swiss programme contributes to an environment in which citizens, in particular youth and women, have more opportunities to express themselves freely and in which they can participate in governance processes at local and national levels, thereby influencing policies that integrate their needs and protect, promote human rights.

Assumptions:

→ Increased openness from decentralized governments to include citizens in planning and monitoring processes. Spaces for dialog between citizens and local governments exist and are safe. Further improvement of existing participatory spaces and openness for dialogue and debate at all levels (consultative councils, development observatories, public audition etc.)

→ Willingness of communities and local organizations to participate and contribute to local development.

→ International/national NGOs are open to support local NGOs to strengthen their institutional capacity

→ Citizens are sufficiently educated and informed about services (hygiene practices, water quality, etc.).

→ Evidence-based government policy making is possible and political economy allows its implementation.

Risks:

→ Freedom of expression and civic space reduced, especially in the North.

→ Participation at local level reduced in the provinces with armed confrontations and increased political tensions.

→ Deterioration of the respect of human rights principles, especially in the North due to the conflict.

→ Safety of CSO and activists not guaranteed

Outcome statement:

Ensure responsive, inclusive, participatory and representative decision-making at all levels (SDG 16.7)

Indicators:

Proportion of population who believe decision-making is inclusive and responsive, by sex, age, disability and population group (SDG 16.7.2)

Source: Social Barometer (IESE)

Baseline 2022: tbd

Target: tbd

The degree of public satisfaction increased with the quality of services provided by the Public Administration

Source: PQG Nr. 216

Baseline 2019: 2.9

Target 2024: 4

Score on participation, rights and inclusion

Source : Mo-Ibrahim Foundation

Baseline 2019: 52.1

Target: +

Mozambicans prefer democracy to other forms of government

Source: Afro Barometer

Baseline 2019: 63%

Target: ++

Score Freedom in the World : Civil liberties and political rights

Source: Freedom House

Baseline 21: 43/100

Target: ++

(4) Lines of intervention

→ CSOs, citizens (especially youth and women) are supported and empowered to better advocate for citizens' needs in local processes (in particular for better access and quality of public service delivery, respect for their rights in local development process (Programmes: Gotas, Cabo Delgado Health Promotion, Decentralisation and inclusive development, social cohesion, anti-corruption and social accountability)

→ CSOs are supported at local and national level to enhance their ability/capacity for advocacy and policy influence on relevant sectors (Human Rights, budget management, corruption...)

→ Support/train provincial assembly and local consultative councils to ensure that communities have a voice, can express their needs and rights, and demand accountability from local governments and health and WASH services providers (GOV ARI 1 and SDG 16.7)

→ Multi-stakeholder dialogue and joint action spaces for local governments, youth and women (such as Saving Groups and Village Development Groups) are further developed

→ Budget tracking and awareness is raised and discussed at local level around corruption and illicit activities

→ Support to establishment of Business and Human Rights Platform

→ Support to culture and sports

(5) Partnerships and Modalities

Partnerships with: Ministry for Administration and State , Ministry for Economy and Finance, Ministry for Water, Ministry for Health, Ministry of Land and Environment, local governments in provinces, districts and municipalities, local CSOs, private sector (health and water sector), INGOs (Helvetas, Untied Purpose), DCAF, Multilateral Agencies, cultural institutions

Contributions to existing programmes (UNCDF, GIZ, UNODC, UNDP)

Modalities: Core contributions to local NGOs, core contribution to existing programmes, project contributions

(6) Management/performance results, including indicators (Swiss Programme)

- Enhanced role of Embassy in development policy dialogue, including with regard to sensitive aspects such as decentralization, civic space, human rights. Indicator: number of policy dialogue areas in which concrete results could be achieved/documentated due to Embassy support.
- Aid modalities: adequate implementing partner mix (indicator: ratio of multilateral, government, private sector, local and international NGO/CSOs implementing partners); reasonable size of project portfolio (indicator: number of Swiss supported projects in relation to overall CoopProg budget and available human resources); enhanced ratio of programme contributions vs. mandates incl. multi-partner interventions to increase coordination, leverage and support sector reforms. Indicators: % of contributions vs. % of mandates; number of collaborations with other donors.
- Enhanced nexus programming (triple development, humanitarian aid, peace promotion nexus) in Swiss Cooperation Programme Portfolio. Indicator: number of projects/initiatives that include elements of an integrated nexus programming approach.
- Quality assurance:
 - › An efficient outcome based project and CoopProg result framework monitoring and evaluation management system is established and operational. The capacities of the Embassy staff and implementing partners with regard to Result Based Monitoring (RBM) are strengthened in defining outcomes, outputs, theories of change and indicators, as well as in applying RBM in the monitoring of the CoopProg and of partner projects/programmes. Indicators: forward-looking RBM matrix for timely planning, steering, and reporting is established and is sustained by an Embassy based RBM quality assurance team; further education on RBM conducted for Embassy and partner staff improved quality of annual report/CoopProg results reporting
 - › Effective and efficient PCM processes are established in the Swiss programme portfolio management and PCM capacities of Embassy staff is further strengthened. Indicators: number of PCM related further education for Embassy staff etc.; quality of EP's, CP's, tenders etc. and timely submission; Embassy PCM quality assurance team established and functional.
- Enhanced learning and innovation to scale up project results and to promote systemic changes in overall programme implementation. Indicators: number of learning initiatives including with other donors, local development stakeholders, SDC entities etc. that the Embassy initiated or participated in, number of instances in which lessons learned resulted in relevant steering decisions.
- Enhanced visibility and recognition of Swiss Development Cooperation work in Mozambique. Indicator: Communication strategy elaborated and implemented; number of events/meetings etc. in which Swiss Development Cooperation in Mozambique is show-cased (e.g. in donor/government dialogue/exchange; visits of Swiss development stakeholders etc.).

Anexo 5: Planificação financeira

O quadro mostra apenas as despesas para o projecto; as despesas de funcionamento não estão incluídas.

Domínio / Ano financeiro	2022	2023	2024	2025	Total 2022–2025	em %
Resultado 1 do Portfólio suíço: Melhor acesso a serviços básicos de qualidade sensíveis às questões de género, inclusive em situações de emergência	14 600 000	13 000 000	16 800 000	17 000 000	61 400 000	54%
Resultado 2 do Portfólio suíço: Melhores empregos e rendimentos sustentáveis para homens e mulheres jovens e para a população economicamente desfavorecida	3 500 000	8 300 000	11 200 000	13 000 000	36 000 000	32%
Outras intervenções: Temáticas transversais, empoderamento da sociedade civil, projectos de apoio à cultura, Small actions NEXUS, ajuda humanitária	6 900 000	6 200 000	1 500 000	1 500 000	16 100 000	14%
Total da dotação orçamental indicativa da Cooperação Suíça (para o Gabinete da Cooperação)	25 000 000	27 500 000	29 500 000	31 500 000	113 500 000	100%
Visão geral dos fundos projectados pelas agências federais suíças						
Ano financeiro	2022	2023	2024	2025	Total 2022–2025	
Ministério dos Negócios Estrangeiros – Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento	24 000 000	26 500 000	28 500 000	30 500 000	109 500 000	
Ministério dos Negócios Estrangeiros – Agência Suíça de Cooperação para o Desenvolvimento – Ajuda Humanitária	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	4 000 000	
Ministério da Economia – Secretaria de Estado para Assuntos Económicos (da Suíça) *	-	-	-	-	-	
Fundos totais das agências federais suíças	25 000 000	27.500 000	29 500 000	31 500 000	113 500 000	

* Dado que a SECO trabalha em Moçambique no âmbito do seu quadro de medidas complementares, não existe orçamento para o país e, por conseguinte, não é possível fazer uma projecção sobre a planificação dos recursos financeiros para o período 2022–2025. A SECO já afectou fundos para um programa de desenvolvimento de capacidade de GFP em colaboração com o Ministério da Economia e Finanças e implementado pelo FMI. Além disso, fornece apoio por meio de actividades específicas no país, canalizadas através dos seus programas globais e regionais.

Anexo 6: Scenarios and Programme Adaptation

Uncertainty 1 – Climate change / natural disasters		
Areas of observation: Climate and food security forecasts; early warning systems; coping patterns of populations; development indicators		
Worst-case scenario Significant deterioration	Most-likely scenario Continuity with limited improvement	Best-case scenario Significant improvement
<p>The impact of droughts, floods and cyclones is monitored and publicly communicated through the existing early warning system.</p> <p>Government capacity and resources for interventions after occurrence of calamities is reduced through inadequate planning and budgeting, unclear criteria for geographical prioritization of intervention areas. No accountability for disaster response efforts and support.</p> <p>The underlying causes of calamities and their consequences are not adequately analysed and addressed by projects. Sporadic ad hoc interventions are typical.</p>	<p>The impact of droughts, floods and cyclones is monitored and publicly communicated through the existing early warning systems.</p> <p>The government's meteorological and hydric early-warning systems are reasonably effective and further improve, but the intervention capacity of the National Institute for Disaster Management (INGD) in post-natural disaster operations is generally weak and aid-dependent.</p> <p>Insufficient resources are invested in the prevention of deforestation, coastal protection and resettlement of the population to safer areas, also because of inadequate policy guidelines and budgets.</p> <p>A continued focus on fossil energy resources and hydro are accompanied with gradual investments in solar energy generation.</p> <p>Regional water basins management improves gradually and is slowly integrated within the southern Africa management initiatives.</p>	<p>The impact of droughts, floods and cyclones is monitored and results in increased disaster preparedness by government.</p> <p>Policies for mitigating the effects of natural calamities are formulated based on lessons learned from previous experiences. The focus is on lowering the risks by addressing issues such as deforestation, safer areas for housing and livelihoods, curbing coastal erosion through well managed and resourced projects.</p> <p>INGD's response capacity improves, also at decentralized level.</p> <p>Globally, Mozambique is set to become an ally of those actors who seek to reduce the use of fossil-based energy in favour of solar and aeolic sources. Nationally, this is reflected in policies seeking to reduce dependence on oil, gas and coal as primary energy sources and to promote environmental and ocean protection programmes.</p>
<p>External humanitarian and emergency aid is politically instrumentalized, and pilfering of food and aid supplies for non-emergency interventions is common.</p> <p>Natural calamities are used as opportunities to gain illicit access to rents in the storage, transport delivery and distribution chains for humanitarian supplies and food aid.</p> <p>Food security and access to basic services and temporary shelter deteriorate dramatically, with people waiting for long periods to return to their places of origin or to relocate to safer areas.</p>	<p>Especially urban dwellers and poor people living in coastal areas, and their livelihoods and housing, are affected by natural calamities.</p> <p>Food insecurity and lack of access to public services (WASH, health, collective shelter etc.) remain widespread. However, some action by government and emergency and humanitarian assistance mitigates worst impact.</p> <p>Insufficient management of international support for mitigating the effects of calamities is observed, and efforts for improvement undertaken.</p>	<p>Disastrous effects on the population are minimized through well-functioning, well-coordinated and timely early warning, highly improved response mechanisms and effective, well-coordinated and transparent collaboration with aid and humanitarian agencies.</p> <p>Timely emergency delivery of food and social services become more and more frequent.</p>

Uncertainty 2 - Economic recovery, poverty reduction		
Areas of observation: macroeconomic trends, debt, income distribution, natural resource exploration, poverty indices, FDI		
Worst-case scenario Significant deterioration	Most-likely scenario Continuity with limited improvement	Best-case scenario Significant improvement
<p>Continued elite capture of the state especially in the extractive sector, together with a lack of rigorous government commitment to PFM reforms, integrity and transparency, promotes corruption and further social exclusion and worsens income distribution.</p> <p>Priority given to spending on security and fixation on natural resource extraction hamper dynamic agricultural development, job creation and social sector investment.</p> <p>Continued debt unsustainability and reduced fiscal space for public expenditure on social and economic sectors.</p> <p>Debt distress situation limits access to international financial markets and domestic savings for productive investments.</p> <p>Continued perception of high-risk business environment, for both FDI and SMEs. The gas exploration project in Cabo Delgado does not resume.</p> <p>Economic growth remains stagnant or turns negative.</p> <p>Money laundering, increased capital flight, high interest rates and inflation reinforce downwards economic trends and negatively affect economic and social stability.</p>	<p>Ongoing grand and petty corruption contribute to loss of mass purchasing power and an unfavourable business environment.</p> <p>Global and local demand for energy, minerals and services sectors pick up after the negative effects of the pandemic.</p> <p>Although gas exploration in Cabo Delgado resumes, increasing indebtedness of SOEs, debt servicing, setbacks in revenue collection, and excessive security spending lead to unfavourable GDP/debt ratio and are not addressed via strategic policy changes.</p> <p>International credit rating and levels of ODA and FDI remain low. A Sovereign Wealth Fund (SWF) is created but lacks clear rules and oversight.</p> <p>Minimal economic stability, increase in agricultural production and relatively low inflation rates.</p> <p>Continued signs of fiscal stress and problematic budget governance and corruption lead to sub-optimal spending for public services. The challenges are partly addressed through improved transparency in public investment and management of fiscal risks.</p>	<p>Clear fiscal rules on the use of natural resources wealth and a SWF established in a transparent manner, provide initial financial flows benefitting private and public investment and employment creation.</p> <p>The stalled Cabo Delgado gas project is resumed and begins to generate revenues to the state.</p> <p>Conditions for doing business address bottlenecks for SMEs and ago-business sectors.</p> <p>Together with an economic diversification policy, access to credit for SMEs, and an emphasis on technical and vocational training for youth and young farmers generates new private sector dynamics and increased non-resource-based revenue.</p> <p>Stricter scrutiny of public spending, using lessons learnt from the emergency response to the pandemic, and stronger drivers for economic governance reform.</p> <p>Economic growth and confidence of national and international investors resulting from improved market conditions, anti-corruption measures and improved strategic macroeconomic governance result in increasing tax revenue, FDI, ODA productive investment and sustainable public debt.</p>
<p>Increasing inequality, worsening socio-economic conditions, increasing poverty, soaring unemployment and chronic food shortages are reinforced (also due to COVID-19). The living conditions for the vast majority deteriorate.</p> <p>ADIN-supported projects not only produce little socio-economic impact but serve as rent-seeking opportunity for the elites.</p>	<p>Modest economic growth does not translate into improved living conditions for the majority. The socio-economic divide is maintained and domestic economic stimulus remains limited.</p> <p>Improvement of socio-economic conditions thanks to agricultural growth and other forms of income-generating projects remains limited for the country's young majority. Progress is constrained by continued budget stress and limited private sector dynamics, state fragility and the impact of the COVID-19 pandemic.</p> <p>High levels of inequality, unemployment and regional disparities are only marginally addressed - e.g., via ADIN whose off-budget spending affects good financial governance.</p> <p>The quality and coverage of services (health, WASH etc.) only improve marginally.</p>	<p>Together with rigorous anti-corruption measures and sound budget management, an emphasis on gender and youth translates into social inclusiveness, qualitatively and quantitatively improved public services in urban and rural areas, and a gradual improvement of living conditions, employment and income for the majority of the population. Unequal distribution of income and disparities are systematically addressed.</p> <p>Domestic food production and consumption increases.</p> <p>With decreasing poverty indicators, the HDI rank improves.</p>

Uncertainty 3 - Political stability / state-building processes		
Areas of observation: Elections, political processes, decentralization, human rights situation, media		
Worst-case scenario Significant deterioration	Most-likely scenario Continuity with limited improvement	Best-case scenario Significant improvement
<p>The autocratic one-party system shows symptoms of an authoritarian state, but also fractures due to increasing intra- and inter-party frictions and power struggles.</p> <p>Threats to and targeted killings of political opponents occur.</p> <p>The continuous exclusion of the interests of youth in policy making adds to fragmentation.</p> <p>The separation of power is further reduced.</p> <p>Elections in 2024 trigger further violence throughout the country.</p>	<p>FRELIMO's leadership remains in power despite internal cleavages. Prevailing intra-party conflicts around the hidden debts and the war in Cabo Delgado are settled among the elites.</p> <p>The local level gains more political importance with the elections in 2024. However, municipal elections are, if necessary, manipulated to guarantee overall wins of the ruling party.</p> <p>In the absence of a well-organized and strong opposition, power relations remain unequal.</p> <p>The momentum for institutional reforms remains slow due to limited capacities, incomplete separation of powers (biased in favour of the President) and poor enforcement of the rule of law.</p> <p>Vulnerable political stability is maintained.</p>	<p>The presidential succession question is peacefully settled. RENAMO remains a secondary force, but consolidates its politics and coherence either through splits and/or internal democratization.</p> <p>FRELIMO increases space for internal debate and consensus seeking, acknowledging the existence of different opinions and interests. The party demonstrates resilience and is able to successfully settle internal conflicts among competing elites.</p> <p>FRELIMO confirms its commitment to checks and balances, both internally and nationally - i.e., for democratic decision making and ruling and for a major policy change in favour of the youth.</p> <p>Parliamentary control over the executive increases.</p> <p>Profound changes to the electoral legislation, an intergovernmental fiscal transfer system and a constitutional reform towards a semi-presidential constitution are launched.</p>
<p>Regional and political divisions are exacerbated by the new decentralization paradigm and the non-introduction of an inter-governmental fiscal transfer system.</p> <p>Complete rollback of decentralization and return to full central control of most functions of government.</p> <p>The rights to freedom of expression, peaceful assembly and association are reduced and the internet and social media are controlled. Journalists are at risk of threats, detention and killing. State censorship is reintroduced. External support for CSOs and INGOs is cut.</p>	<p>Contradictions within the decentralization paradigm associated with the 2018 partial constitutional reform and peace negotiations are addressed through piecemeal adjustments to the legal framework, based on a minimal FRELIMO consensus, at the cost of provincial governments and the efficiency of public administration and decentralized service delivery.</p> <p>Debates around fiscal decentralization, especially in the context of natural resources exploitation, remain high on the agenda of all stakeholders (national and local governments, donors, multilateral organizations).</p> <p>Cases of human rights violations by state security and the justice system are reported, together with increased pressure on CSOs and media, including threats to leading figures and new legislation to curb press freedom. CSOs and the media, although increasingly professional, continue to face difficulties in countering the reduced civic space.</p> <p>Improvements in transparency and domestic accountability for the equitable use of public resources progress slowly, but the societal costs of corruption remain significant.</p>	<p>Multi-stakeholder debates on key issues for peace, reconciliation and inclusive development lead to constitutional reform, a change towards a more effective democratic decentralization process, which stops the fractioning of government and service delivery at sub-national levels giving more autonomy to sub-national governments.</p> <p>Independent CSOs and media are able to publicly express their opinions and debate key questions for the development of the country without fear. The liberal media legislation is upheld, and the media is recognized as an independent pillar of democracy.</p> <p>The number of reported human rights abuses decreases.</p> <p>The institutional capacity to address and curb corruption increases.</p>

Uncertainty 4: Conflict dynamic, security		
Areas of observation: armed violence, insurgency, IDPs, crime statistics, regional and international actors		
Worst-case scenario Significant deterioration	Most-likely scenario Continuity with limited improvement	Best-case scenario Significant improvement

Uncertainty 4: Conflict dynamic, security		
Areas of observation: armed violence, insurgency, IDPs, crime statistics, regional and international actors		
<p>The MAP is progressively questioned, and the peace process loses traction. RENAMO splinter groups and other armed groups, not only in central Mozambique, resort to violent armed action, especially after perceiving the 2024 elections as fraudulent.</p> <p>The government tries to quell regional foci of armed action and unrest with repressive means. The state turns into a police state, which leads to resistance and a general deterioration of the security situation countrywide, which is not addressed by political means.</p> <p>Regarding Cabo Delgado, all government attempts to 'win the war' through militarization fail. More infrastructure and property are destroyed, resulting in a further increase of IDPs. Spill-over effects into other resource rich areas and provinces cannot be excluded. It becomes an area outside of the control of central government. The territory and its resources are divided up and controlled by different armed stakeholders (army, militias, insurgent groups etc.), who establish a political economy of looting, illicit business and trafficking.</p> <p>In case investors decide to resume investment in liquefied natural gas production in Palma, then under a special enclave regime secured by foreign private and public troops, to the detriment of national interests.</p>	<p>The MAP remains contested, but the MAP approach is sufficiently robust and holds. Implementation continues. Initial progress in implementing the DDR agreement slows down due to funding constraints and party politics, yet the DDR continues.</p> <p>The violent events in Cabo Delgado demand increased attention and resources, and the risk of spill-over into other northern provinces and neighbouring countries, in particular Tanzania, should not be underestimated. The government continues to opt for a military solution to the conflict by engaging external support to the army, among others from Ruanda, France, EU (Portugal), the US and SADC, however without a clear roadmap.</p>	<p>The MAP shows robustness. RENAMO's military forces are fully dissolved and integrated into police, army and civil life, turning RENAMO into a civilian political opposition.</p> <p>Together with additional reconciliation, re-integration and transitional justice programmes, peace turns into something more substantial than the mere 'absence of armed action'.</p> <p>Increased political legitimacy creates conducive conditions to address causes of and remedies to exclusion. Especially women and youth are considered as recipients of a 'peace dividend' through specific support programmes.</p> <p>The domestic and international causes of the conflict in Cabo Delgado become more obvious and are addressed, including through mediation. Negotiations between domestic stakeholders, sporadic armed action notwithstanding. Fragile revenue sharing agreements from resource extraction are reached and lead to a reduction of armed activity and a demilitarization.</p> <p>Part of the IPDs gradually return to their places of origin with guaranteed land rights. Resource exploration resumes in a more equitable way. The livelihood needs of the local populations are satisfied through negotiations and agreed sharing of benefits from resource extraction.</p>
<p>Humanitarian access to main conflict zones or areas hit by natural disasters is difficult. Increase in crime and insecurity in urban spaces together with criminal kidnapping networks and trafficking of humans, drugs, ivory, rhino horn etc., are linked to politics and consolidate the perception of Mozambique as a violent narco-state with intra-elite military contestation for gains.</p>	<p>Continued control and use of repressive mechanisms by the state to deal with conflicts in central and northern Mozambique, and with social unrest in other parts of the country, negatively impacts human security. Reported abuse of power and human rights violations are not investigated. Access to information regarding the situation in Cabo Delgado remains constrained.</p> <p>Poverty-related crime, abuse of power in the police, security forces and prisons, and the existence of illicit networks for drug trafficking and kidnapping continue.</p> <p>The bleak perspectives for a decent life and income motivates an increasing number of young people to sympathize with, or even join the insurgents.</p>	<p>The government grants full humanitarian access to all conflict areas and collaborates proactively with main human rights NGOs, United Nations agencies and donors based on a humanitarian response plan.</p> <p>Alleged war crimes and human rights abuses are investigated.</p> <p>A gradual decrease of crime due to improved rule of law and reduced inequalities is observed.</p>

Uncertainty 5 – Engagement of the international community		
Areas of observation: Aid flows; donor engagement strategies; donor/government coordination platforms		
Worst-case scenario Significant deterioration	Most-likely scenario Continuity with limited improvement	Best-case scenario Significant improvement

Uncertainty 5 – Engagement of the international community		
Areas of observation: Aid flows; donor engagement strategies; donor/government coordination platforms		
<p>Mozambique is rated as an unreliable and high-risk partner. Traditional donors lose patience with the government’s unwillingness to address social, economic and debt-service related challenges. Conditioned aid and commercial business interests dominate bilateral relations. Commercial and strategic interests of political, economic and military elites in donor countries dominate the cooperation agenda. Under these competitive conditions, effective donor coordination becomes obsolete. Some major partners revert to cherry picking of projects in mutually-beneficial areas of cooperation involving the private sector in donor countries and local elites.</p> <p>Donors significantly reduce their aid budget due to domestic political changes and COVID-19 induced budget cuts.</p> <p>Donors give in to government pressure to stop financing INGOs and NGOs, especially in the field of human rights and governance watchdogs.</p>	<p>The risk awareness of major donors increases, and aid is partially conditioned to the formulation and implementation of government plans to address fragility, security, social exclusion and youth-related issues.</p> <p>A deal with the IMF for a country programme is assured for restoring economic confidence more broadly, but is dependent on the outcome of the hidden debt trial and implications of the debt sustainability analysis.</p> <p>Some donor countries consider military support for the government and the army (China, EU/Portugal, France, Russia, UK, USA) from a national, regional and global competitive geostrategic perspective.</p>	<p>Short to medium-term thinking prevails over long-term and strategic cooperation perspectives, probably with the exception of geostrategic and military cooperation.</p> <p>The elaboration of a strategic overall development and cooperation framework and improved macroeconomic and PFM governance.</p> <p>Aid increases due to improved framework conditions, including reduction of debt exposure, improvement of investment and growth rates, as well as social and political fragility, notably in conflict-prone areas.</p> <p>‘Competitive bilateralism’ in cooperation prevails in parallel with major anchor projects financed by multilateral actors.</p> <p>Overall improved conditions also trigger an inflow of FDI for strategic sector development, with credit guarantees given by donor governments to their companies investing in Mozambique.</p>
<p>Aid fatigue is noticeable, also as regards support for development and humanitarian action by United Nations organizations.</p> <p>Aid delivery modality preference is for projects and, partially, for sector budget support or via multilateral agencies.</p> <p>Governance-related aid-financed projects have less weight in aid portfolios and/or are implemented by NGOs.</p>	<p>The lack of consistent donor coordination, associated with the absence of a coherent overall and programmatic development and cooperation framework, results in continued prevalence of bilateralism with a certain competition among donors for privileged partnerships, and the lack of a coherent and coordinated government dialogue and response capacity.</p> <p>China, the US and the World Bank show a preference for multi-million stand-alone projects. Coordination with other donors is limited or completely absent (China).</p>	<p>While external project cooperation modality and public infrastructure investment continue, sector cooperation receives a bout of fresh air and additional funding, also extended to projects addressing youth and women’s needs in education and training, agricultural production and start-ups. New market-oriented mixed financing modalities (aid, private sector finance and bank credits) for infrastructure development in urban areas are tested and increasingly applied.</p> <p>Donor coordination improves under the umbrella of a well-defined common programme with clear division of labour, proactive government and private sector owner- and leadership and effective and transparent management. Support for INGOs and NGOs continues and possibly increases.</p>

Programme Adaptations	
Best-case scenario	Worst-case scenario
An increasingly democratic country with an economic lift-off	A one party-state with an underperforming economy
Service delivery (Swiss Portfolio Outcome 1)	

<ul style="list-style-type: none"> → Increase the amount of funds channelled to government institutions at municipal, district and provincial levels, and improve its management and allocation between ministries → Increase contribution to the implementation of the decentralization reforms → Strengthen the capacity building of newly elected bodies in terms of governance principles → Work with INGD or other government entities in response to natural disasters and population displacements → Enhance promotion of public-private partnerships → Increase accountability and support for dialogue platforms between citizens (in particular youth and women) and government → Make the results of the social cohesion programmes available to a large number of stakeholders to promote duplication in other regions → Further increase support to the fight against corruption and make it more visible → Promote public debates on what leads to success → Increase support for more advanced reforms to improve PFM systems, with a higher quality integration between the central and local government levels and addressing critical issues of fiscal risk management and efficiency of public spending; increased support for consolidation of economic governance institutions for managing natural resources wealth. 	<ul style="list-style-type: none"> → Further increase support for local level and direct support to municipal, district and provincial governments and implementing NGOs → Move towards social protection programming → Increase contribution to CSOs that advocate for democratic values, pluralism and budget monitoring → Increase nexus approach to make programmes more resistant to natural disasters and conflict induced shocks → Increase humanitarian aid → Form a coalition with like-minded donors and IFIs to pressure government to address debt service, increase fiscal space and safeguard funds for service delivery → Assess areas for increased support for civil society to advocate for better services, respect for human rights and enhanced participation → Ensure that safe spaces for debate are maintained → Selected support in the areas of fiscal risk, spending efficiency and mobilization of domestic resources, with champion institutions that can contribute to foster key improvements in economic governance → Strengthen collaboration and partnerships with development partners with higher leverage on policy dialogue and influence change, in particular the multilaterals, like the IMF and WB
Sustainable employment and income for young men and women (Swiss Portfolio Outcome 2)	
<ul style="list-style-type: none"> → Scale up interventions in agriculture, market development and access → Test partnerships with governmental technical and vocational education and training institutions → Provide core contributions to private and semi-private institutions → Apply more innovative approaches that foster growth and increase private sector support to increase private local investments → Upscale internship programmes in the private sector, and include private sector contributions to the programme → Renew support to revenue collection (tax authority) → Together with like-minded donors, enhance support to selected institutions capable of improving business framework conditions → Support to improve policies for integrated market development addressing economic diversification and policies for effective reduction of poverty and inequality 	<ul style="list-style-type: none"> → Increase programme flexibility and adapt partnerships (e.g., if government ceases to implement according to agreement) → Assess niches for support to private sector to stimulate (local) economy → Identify the best-suited agents supporting change (within government and outside) → Further strengthen non-government institutions demanding better policy making and reforms for improving the business environment for SMEs → Assess need to a shift to regional or multilateral programmes →
Civil space	
<ul style="list-style-type: none"> → Promote self-reliance of CSOs by supporting local fundraising strategies → Support civil society advocating for sustainable democratic values and good governance principles. Invest even more in citizens-government dialogue. → Support government/NGOs in the application of human rights law and budget monitoring → Continue support to anti-corruption programmes 	<ul style="list-style-type: none"> → Carry out stringent CSPM and analyse risks for civil society partners; adapt programming accordingly → Assess need for more targeted human rights promotion programmes and human rights defenders' protection → Increase support for cultural activities and other programmes which offer spaces for dialogue → Enhance social cohesion programming → Support agents of change from all areas of government and society → Increase support to CSOs defending/advocating for democratic values, good governance and pluralism → Contribute to the development of CSOs in northern provinces



Fotografias:

Capa: Foto de um dos beneficiários do projecto Futuro Microbanco na sua loja. Este projecto promove o acesso a serviços financeiros para pessoas de baixos rendimentos, na província de Nampula; © Helvetas

Página 7: Mulher a apanhar lenha na floresta para cozinhar, em Mocuba, Zambézia; © Ivan Barros

Página 8: Exposição na galeria de arte Kulungwana, localizada no interior da estação ferroviária de Maputo; © Mariano Silva

Página 10: Foto do Projecto Microbanco Futuro; © Helvetas

Página 11: Ponte Maputo/Katembe à noite. Esta construção é a ponte suspensa mais longa da África; © Mariano Silva

Página 13: Jovem cultivando arroz na sua machamba em Nicodeala, Zambézia; © Ivan Barros

Página 14: Aldeia habitada maioritariamente por garimpeiros e suas famílias, em Penhalonga (Manica). Solo e água contaminados devido à mineração ilegal; © Ivan Barros

Página 18: Loja de capulanas em Nampula. Beneficiários do projecto Futuro Microbanco criam máscaras de protecção contra o Covid a partir do tecido da capulana; © Helvetas

Página 20: Mulher a pôr sementes de mangal no solo em Katembe (sul de Maputo); © Mariano Silva para a revista Xonguila

Página 41: Estagiários do projeto HOJE da Helvetas Moçambique; © Helvetas / Ricardo Franco

Imprint

Editor:
Federal Department of Foreign Affairs
Swiss Agency for Development and Cooperation SDC
3003 Bern

Design:
Mark Manion, Communication Arts

This publication can be downloaded from the website
www.sdc.admin.ch/publications.

Bern, 2022